



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS I, CENTRO DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

ANA PATRÍCIA DE LIMA AMORIM

INFRAESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO:
Os impactos no desenvolvimento da criança sob a perspectiva de educadores

JOÃO PESSOA - PARAÍBA
DEZEMBRO - 2020

ANA PATRÍCIA DE LIMA AMORIM

INFRAESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO:

Os impactos no desenvolvimento da criança sob a perspectiva de educadores

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, ao curso de graduação, em pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito e título de licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Luisa Nogueira de Amorim

JOÃO PESSOA - PARAÍBA
DEZEMBRO - 2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A524i Amorim, Ana Patricia de Lima.

Infraestrutura e organização do espaço: os impactos no desenvolvimento da criança sob a perspectiva de educadores / Ana Patricia de Lima Amorim. - João Pessoa, 2020.
70 f. : il.

Orientação: Ana Luisa Nogueira de Amorim.
TCC (Graduação) - UFPB/CE.

1. Desenvolvimento integral da criança. 2. Infraestrutura. 3. Organização do espaço. 4. Educação infantil. I. Amorim, Ana Luisa Nogueira de. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37.07(043.2)

ANA PATRÍCIA DE LIMA AMORIM

INFRAESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO:

Os impactos no desenvolvimento da criança sob a perspectiva de educadores

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado,
ao curso de graduação, em pedagogia da
Universidade Federal da Paraíba, como
requisito e título de licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 02/12/2020.

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Ana Luisa Nogueira de Amorim
(Orientadora)



Profº Drª Nádia Jane de Sousa – UFPB
(Membro da Banca Examinadora)



Profª Drª Máira Lewtchuk Espindola – UFPB
(Membro da Banca Examinadora)

Dedico essa conquista a Deus, que por ter me concedido a vida me deu também a possibilidade de transformar meus sonhos em realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por toda saúde e força que tem me dado para correr atrás dos meus sonhos, sempre restaurando a minha alma com toda a sua grandeza.

Segundamente gostaria de agradecer à minha mãe, Maria José Alves de Lima, por toda a confiança depositada e por todo o incentivo ao longo dos anos, fazendo-me nunca duvidar do meu potencial. E também à Andréia Nogueira, minha fiel companheira que tem estado comigo nas horas boas e ruins, mostrando-me o verdadeiro significado da palavra amizade.

Terceiramente a minhas amigas de curso que muito contribuíram para tornar essa jornada mais leve: Luana Bezerra, Keomma Xavier, Gisele Pereira, Joyce Rayane e Luana de Souza, que sempre estiveram presentes em todas as circunstâncias, numa troca recíproca e fiel: meu muito obrigada, minhas amorinhas!!

Aos meus amigos de tantas histórias e companheirismo: Iohanna, Caio, Trajano, Zilmara, Jefferson, Haiff, Carlos, Tarcísia, Diógenes, Elon, Augusto, Élida e Michelly, (in memórian), obrigada por tudo e por tanto.

À minha tia Wdenise Lunguinho, por todo apoio dado ao longo dos anos, e por todo o incentivo e investimento em meu potencial. Sem sua ajuda nada disso seria possível. Meus mais sinceros agradecimentos, hoje e sempre.

À minha orientadora, a professora Dr^a Ana Luísa Nogueira Amorim, por todas as orientações e direcionamento.

À UFPB, e toda a equipe de apoio presencial e à distância, em especial aos queridos do polo de Pombal: Jane, Joyce e Carlos, que sempre nos receberam com muito carinho e dedicação.

Gostaria de agradecer também as equipes gestoras e corpo docente das Instituições E.E.E.F “Oito de Julho” e E.M.E.I. “Psicólogo Gilmar Pereira Trigueiro” pelas vivências oportunizadas através dos estágios concedidos ao longo da minha formação. O acolhimento de vocês inquestionavelmente contribuiu e muito para melhor proveito das experiências de estágio e por isso só tenho a agradecer imensamente a todos.

E por último e não menos importante eu agradeço a todos os amigos e demais colegas que estiveram presentes durante essa caminhada, cada vida entrelaçada a minha contribui para a minha evolução, pessoal e profissional. Viva à vida!

"Educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas. Pessoas
transformam o mundo".

(FREIRE, 1979, p. 84)

RESUMO

A Educação Infantil, constituída como primeira etapa da educação básica, deve ter como finalidade promover o desenvolvimento integral da criança, em diversos aspectos, atuando de maneira a complementar as ações advindas dos meios familiar e comunitário, conforme preconizado pela Constituição (BRASIL, 1988). Considerando que grande parte das crianças matriculadas nas Unidades de Educação Infantil (UEI) no nosso país fazem parte de famílias em estado de vulnerabilidade social e econômica, que na maioria das vezes não possuem condições de habitação favoráveis para proporcionar um pleno desenvolvimento e conforto dos seus moradores, percebe-se então a necessidade da criança estar inserida em um ambiente apropriado, capaz de atuar como propulsor das suas habilidades e potencialidades de aprendizagem. Nessa perspectiva, a qualidade da infraestrutura oferecida nas Unidades de Educação Infantil (UEI), assim como detalhes relacionados à organização do espaço, podem desempenhar um papel bastante decisivo na qualidade da educação ofertada. O presente trabalho, portanto, teve por objetivo analisar a perspectiva de educadores acerca dos impactos que a infraestrutura e a organização do espaço podem causar no desenvolvimento da criança. Dessa forma, foi necessário identificar a infraestrutura das instituições onde atuam os educadores, através da descrição dos espaços físicos existentes; verificar a qualidade da infraestrutura oferecida, segundo a percepção dos educadores, bem como identificar a existência de práticas pedagógicas que priorizem a organização dos espaços. Para alcançar os objetivos foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário, respondido por quatro educadoras, cada uma representando uma das quatro instituições públicas de Educação Infantil existentes em um município no interior da Paraíba. Os resultados revelam que, segundo a concepção das educadoras participantes, a infraestrutura e a organização dos espaços oferecidos são capazes de impactar diretamente nas interações, nas brincadeiras, nas vivências e em muitos outros pontos, influenciando assim no desenvolvimento integral das crianças. Revelam também, que apesar das instituições participantes da pesquisa, em sua maioria, contarem com uma infraestrutura adequada e adaptada para receber as crianças, ainda há muito o que se avançar para que haja uma padronização nas edificações das Unidades de Educação Infantil (UEI), para que todas as crianças possam ter acesso a uma educação infantil de qualidade, com um espaço físico adequado para o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento Integral da criança. Infraestrutura. Organização do Espaço. Educação Infantil.

ABSTRACT

Early Childhood Education, established as the first stage of basic education, must promote the integral development of the child, in several aspects, acting in a complementary way to actions arising from family and community environments, as recommended by the Constitution (BRASIL, 1988). Most children enrolled in Early Childhood Education Units (UEI) in our country are part of families in a state of socioeconomic vulnerability, which most of the time does not have favorable housing conditions to provide full development and comfort for their residents, it is then perceived the need for the child to be inserted in an appropriate environment, capable of acting as a propellant of their abilities and learning potential. In this perspective, the quality of the infrastructure offered in the Early Childhood Education Units (UEI), as well as details related to the organization of the space, can form a very decisive role in the quality of the education offered. The present work, therefore, aims to analyze the perspective of educators about the impacts that the infrastructure and the organization of the space can cause on the child's development. Thus, it was necessary to identify the infrastructure of the institutions where the educators work, through the description of the existing physical spaces; verify the quality of the infrastructure offered, according to the educators' perception, as well as identify the existence of pedagogical practices that prioritize the organization of spaces. In order to obtain results, a qualitative research, of an exploratory nature, was carried out, using as a data collection instrument the application of a questionnaire, answered by four educators, each representing one of the four Early Childhood Education Institutions in a municipality in the countryside. Paraíba. The results reveal that, according to the participant educators' conception, the infrastructure and organization of the spaces offered are capable of directly impacting interactions, games, experiences and many other points, thus influencing the integral development of children. They also reveal that, despite the fact that the institutions participating in the research, for the most part, have an adequate and adapted infrastructure to receive children, much still needs to be done in order to have a standardization in the buildings of the Early Childhood Education Units (UEI), so that all children can have access to quality early childhood education, with adequate physical space for their development

Keywords: Integral development of the child. Infrastructure. Organization of Space. Child education.

LISTA DE SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

UEI – Unidades de Educação Infantil

PNE – Plano Nacional da Educação

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização dos participantes da pesquisa.....	32
Tabela 2 – Fundação e reformas das Instituições	34
Tabela 3 – Quantidade de salas de atividades e turmas atendidas	36
Tabela 4 – Ventilação, iluminação, conforto e condições de funcionamento	37
Tabela 5 – Ambientes e mobiliários adequados à estatura das crianças	38
Tabela 6 – Situação dos Serviços Básicos de Infraestrutura das UEI	39
Tabela 7 – Descrição dos espaços físicos existentes nas Instituições	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 EDUCAÇÃO INFANTIL: história, direitos, infraestrutura e desenvolvimento da criança	16
2.1 A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA SOB UMA PERSPECTIVA SÓCIO- HISTÓRICA.....	17
2.2 A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO DA CRIANÇA: O QUE ESTABELECE A LEGISLAÇÃO.....	19
2.3 A INFRAESTRUTURA COMO UM ELEMENTO ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	23
2.4 O PAPEL DO EDUCADOR NA ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS	26
3 METODOLOGIA.....	31
4 ANÁLISE E DISCUSSÕES.....	32
4.1 CARACTERIZANDO OS PARTICIPANTES PESQUISA	32
4.2 CARACTERIZANDO O CAMPO DA PESQUISA	34
4.3 PERCEPÇÃO DAS EDUCADORAS SOBRE OS ESPAÇOS.....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

A criança como um sujeito de direitos que hoje podemos enxergar em diversos documentos oficiais em nosso país, nem sempre foi enxergada dessa forma pela sociedade. A história da criança e da infância foi marcada durante muito tempo por inadequadas maneiras de tratamento, onde as crianças sofriam diversos danos de forma impune, sendo privadas de suas necessidades e tendo suas especificidades ignoradas sem muita ou quase nenhuma comoção social.

Ariès (1981) em seu livro *História Social da Criança e da Família*, ao descrever como era tratada a criança antigamente, frisando em especial como era enxergado tal contexto na Idade Média, afirmou que o sentimento de infância simplesmente não existia. As crianças eram consideradas adultos em miniatura, privadas muitas vezes de direitos como: lazer, educação, segurança, dignidade e à vida, em diversos contextos sociais, especialmente as crianças mais pobres.

Muitos séculos se passaram e hoje o cenário é outro. A visão em relação à criança evoluiu de forma bastante significativa em nossa sociedade. Entretanto, apesar de termos diversos documentos oficiais que garantam a proteção integral da criança, através de dispositivos legais, como por exemplo: A Constituição Federal (1988); o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de (1996), podemos ver que, às vezes, nem tudo se aplica conforme o preconizado pela legislação.

Considerando a Educação como um dos direitos mais importantes que a criança possui, capaz de interligar muitos outros em seu desenvolvimento, deve-se atentar para os aspectos que estão relacionados a efetivação do processo de desenvolvimento integral da criança, considerando a importância que tal conquista possui na educação infantil.

A respeito disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seu Art. 29, institui: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996)

Sendo assim, para que a criança possa de fato vivenciar esse processo de desenvolvimento integral, é necessário que as Instituições de educação infantil possam

contar com o suporte necessário para que seja oportunizado o pleno desenvolvimento da criança em diversos aspectos, visto que a ação complementar da família e da sociedade, embora tenham um peso tão significativo, nem sempre atuam de forma a colaborar com as ações desenvolvidas, tornando um pouco mais decisivo o papel das Instituições.

De acordo com Dessen e Polonia (2007) a família e a escola são ambientes capazes de atuar como propulsores ou inibidores do processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, e por isso se faz importante refletir acerca dos acontecimentos que permeiam esses contextos, como forma de compreender a diversidade de aspectos aos quais estão relacionados.

Considerando o papel da família no processo de desenvolvimento integral da criança e tendo em vista as diversas influências e variáveis, sobretudo sob um ponto de vista socioeconômico, Nascimento e Orth (2008) afirmam que a pobreza é um fator extremamente impactante no desenvolvimento da criança, oferecendo riscos para o seu aprendizado, em especial se considerarmos as influências do ambiente aonde a criança está inserida.

Sabendo então que grande parte das crianças matriculadas nas unidades de educação infantil públicas no Brasil hoje são crianças que pertencem a famílias em estado de vulnerabilidade socioeconômica, subte-se que essas, em grande parte dos casos, não possuam condições de habitação favoráveis para propiciar o pleno desenvolvimento de habilidades que contemplem os aspectos físico, psicológico, intelectual e social da criança.

Sendo assim, o ambiente escolar deve funcionar como um ambiente propulsor e facilitador das aprendizagens, suprimindo as lacunas que o ambiente familiar, em decorrência da ausência de recursos para tais competências, não é capaz de garantir.

No que diz respeito a educação infantil e a proposição de um ambiente adequado para o funcionamento das Instituições que atendem a esse público, alguns documentos, como por exemplo os Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006) e os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (BRASIL, 2018) estabelece em seu conteúdo alguns aspectos essenciais e básicos que as unidades devem atender para justamente estarem aptas a oportunizarem vivências agradáveis e satisfatórias ao aprendizado da criança.

No que diz respeito a questão de infraestrutura, os Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006) cita como um grande

problema a ausência de espaços externos ou alternativos que sejam capazes de proporcionar às crianças a possibilidade de estarem ao ar livre, movimentando-se amplamente, de forma que o espaço de convivência seja um ambiente enriquecedor, das brincadeiras, experiências e aprendizagens.

E assim estabelece que os projetos, a edificação e as reformas devem buscar: “adequação dos ambientes internos e externos (arranjo espacial, volumetria, materiais, cores e texturas) com as práticas pedagógicas, a cultura, o desenvolvimento infantil e a acessibilidade universal, envolvendo o conceito de ambientes inclusivos.” (BRASIL, 2006)

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, nesse mesmo prisma, ressaltam que “O ambiente oferece oportunidades para que as crianças participem ativamente de sua própria aprendizagem, para que elas adquiram e dominem novas habilidades, ganhem autoconfiança, autonomia e sentimento de pertencimento” (BRASIL, 2018, p. 61)

Nessa perspectiva, surge a necessidade de investigar os impactos do ambiente no processo de desenvolvimento integral da criança, considerando aspectos pertencentes não somente ao que diz respeito a infraestrutura e as suas condições, mas também a como esses espaços são planejados, identificando assim as potencialidades existentes nas formas de organização do espaço como ferramentas aliadas do aprendizado das crianças.

Quanto a organização do espaço, este entra como um ponto complementar e ao mesmo tempo alternativo a questão de infraestrutura, visto que a utilização de mecanismos que possam garantir a harmonização do ambiente escolar podem impulsionar e muito a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem, o que, segundo Horn (2004) acaba melhorando e muito a qualidade de vida dos aprendentes.

Se lançarmos um olhar mais crítico acerca da atual situação em que se encontram grande parte das Instituições de educação infantil em nosso país, veremos que há muito que ser feito pelo Estado para que passem a serem oferecidas condições de infraestrutura capazes de permitir o desenvolvimento de diversas potencialidades essenciais para o alcance de melhores resultados educacionais do aprendente, em parceria com a família e a comunidade.

Dessa maneira, temos como **questão de pesquisa**: Como elementos como a infraestrutura e a organização do espaço podem impactar na qualidade das aprendizagens das crianças com vistas a garantir o desenvolvimento integral?

Para dar conta de responder à questão de pesquisa, temos como **objetivo geral**: é analisar a perspectiva dos professores acerca dos impactos que a infraestrutura e a organização do espaço podem causar no desenvolvimento da criança.

Para tanto, como forma de atender ao objetivo geral de forma mais ampla, foram delimitados os seguintes **objetivos específicos**: Identificar a infraestrutura das Instituições, através da descrição dos espaços físicos existentes; Verificar a qualidade da infraestrutura oferecida segundo a percepção dos educadores; Identificar a existência de práticas pedagógicas que priorizem a organização dos espaços;

Nesse sentido, realiza-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário online a ser respondido por um educador de cada instituição participante da pesquisa. As respostas dos questionários foram analisadas com base no referencial teórico da pesquisa, fruto da revisão de literatura realizada no capítulo com intuito de avaliar quais os impactos do ambiente no processo de desenvolvimento integral da criança.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: Em seu segundo capítulo, na primeira sessão está descrito um breve percurso histórico acerca da história social da criança e da infância, desvelando as suas vivências ao decorrer dos séculos até os dias de hoje, na qual é vista como um sujeito de direitos. Na segunda sessão são discutidos alguns instrumentos legais que devem servir de base para o acolhimento da criança.

Na terceira sessão é realizada uma análise acerca da infraestrutura escolar como objeto de estudo, discutindo sua importância e as condições essenciais para um funcionamento apropriado. Na quarta sessão são discutidas questões relativas ao papel do educador na organização do espaço, reiterando as contribuições que podem ser oferecidas ao aprendizado da criança através da relação com ambiente.

Em seguida, no capítulo três, são apresentados os procedimentos metodológicos que foram adotados para a realização dessa pesquisa, explicando o passo a passo do seu desenvolvimento.

No capítulo quatro estão estruturadas as análises e discussões deste trabalho, onde na sessão um são caracterizadas as educadoras participantes, na sessão dois é caracterizada a escola, e na sessão três são analisadas as perspectivas das educadoras acerca do espaço.

Por último, no capítulo cinco, estão descritas as considerações finais desse trabalho, relatando as dificuldades, reflexões e aprendizados obtidos com a pesquisa.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL: história, direitos, infraestrutura e desenvolvimento da criança

Nesse capítulo discutimos acerca das relações existentes entre a infraestrutura e a organização do espaço, tendo em vista compreender como tais elementos podem implicar na qualidade do ambiente no qual a criança está inserida, influenciando o seu processo de desenvolvimento.

Para isso faz-se necessário, antes de qualquer outra coisa, percorrer um breve trajeto sobre a história da educação da infância no decorrer dos séculos, de forma a compreender as transições ocorridas em torno do conceito de infância, deixando de lado a ideia de criança como sujeito sem identidade própria, e dando lugar a concepção de criança como sujeito de direitos, tal qual podemos reconhecer hoje em dia.

Esse reconhecimento se deu através de inúmeros documentos oficiais, que ao longo dos anos vem sendo elaborados na intenção de garantir à criança a vivência de uma educação infantil de qualidade, garantindo o seu o desenvolvimento integral, contemplando assim os aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Assim, precisamos conhecer o que dizem essas leis para compreender quais são os direitos da criança, de acordo com o que preconiza a legislação brasileira.

Dentre esses documentos, os Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006) e os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (2018) aparecem como documentos extremamente importantes para esta pesquisa, uma vez que estabelece os aspectos essenciais para o funcionamento adequado das Instituições de Educação Infantil, considerando não somente as questões infraestruturais em si, mas também os aspectos relativos a organização dos espaços de aprendizagem e a qualidade do ambiente de modo geral.

No que diz respeito à organização dos espaços, o papel desenvolvido pelo educador é visto de forma bastante colaborativa, uma vez que tal iniciativa, quando feita de uma forma democrática, é capaz de envolver os educandos e impulsionar as potencialidades de aprendizagem. Do contrário, quando feita de maneira despreocupada e centralizada, desconsiderando as necessidades e vontades da criança, também pode bloquear ou dificultar o seu processo de desenvolvimento dentro do ambiente de aprendizagem.

2.1 A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA SOB UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA

Quando se fala em educação e, mais especificamente, em educação infantil, se faz necessário compreender, através de uma retrospectiva histórica, os diversos fatores que rodeiam a construção social da infância ao longo da história da humanidade, levando em consideração os elementos fundamentais para a sua constituição, bem como as transformações ocorridas entre os períodos históricos até aqui vivenciados.

Segundo Ariès (1981) as crianças foram vistas durante muito tempo como seres sem identidade própria na sociedade, em especial na Idade Média, onde tinham suas especificidades e características próprias ignoradas, como se fossem apenas adultos em miniatura. Para ele:

[...] o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. (ARIÈS, 1981, p.156)

Nessa perspectiva, Bernartt (2009) acrescenta que a história social da infância sempre esteve diretamente ligada à condição social a qual a mesma se encontra, e, dessa maneira, é possível observar a vivência de diversas infâncias num mesmo contexto histórico, o que quer dizer, em outras palavras, que as condições socioeconômicas em que a criança se enquadra determinam a qualidade do tratamento recebido por ela em diversas dimensões, como por exemplo: a social, a familiar, educativa e etc.

Infelizmente “As crianças, segundo sua condição social ou proteção, eram submetidas à trabalhos pesados e muitas vezes destinadas a sobreviver em péssimas condições, não resistiam às punições e abusos recebidos.” (BERNARTT, 2009, p. 4229)

No que diz respeito aos primeiros marcos denotadores da condição da infância, Cordeiro e Coelho (2006) observam que até o século XII não haviam quaisquer registros que oferecessem informações sobre a história da infância. Entre os séculos XIII e XIV foi quando começaram a ser discutidas, embora muito superficialmente, as primeiras impressões sobre o assunto, sendo que somente entre o século XVI e XVIII que o sentimento de infância começou a ser visto com mais visibilidade.

Por exemplo, “Os primeiros livros produzidos para crianças surgiram no final do século XVII. Antes disso, o comportamento negligente e o tratamento hostil contra as

crianças eram comuns. As crianças não recebiam qualquer atenção especial” (PAIVA; OLIVEIRA, 2009, p. 1204).

Partindo da afirmação acima descrita, constata-se o descaso ao qual as crianças eram submetidas na época e como foi tardio o surgimento de formulação de propostas pedagógicas pensadas para contemplar as especificidades do público infantil.

Para Ariès (1981, p. 04), “A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram, portanto nem asseguradas nem controladas pela família”. O que acabava acarretando descaso e prejuízo ao processo de desenvolvimento das crianças. Assim posto, é importante lembrar que:

Com o estabelecimento de uma nova ordem social, em fins do século XVII, são notadas algumas mudanças consideráveis alterando a estrutura até então em vigência. Com isso, sentiu-se a necessidade da criação de escolas, um dos mecanismos de fornecimento da formação inicial aos pequenos, a fim de dominarem a leitura, a escrita e a aritmética, como mais um dos artifícios de preparação para a vida adulta. (CORDEIRO; COELHO, 2006, p.885)

Mudanças estruturais na sociedade foram notadas com o crescimento da sociedade industrial e, ainda segundo Cordeiro e Coelho (2006), o progresso que tinha sido feito a respeito da figura da criança passou a ser questionado: as crianças pobres passaram a fazer parte da mão de obra nas atividades fabris, sendo exploradas e sentenciadas ao regresso. Por outro lado, as crianças de famílias com poder aquisitivo alto, tinham outro destino e eram asseguradas e protegidas.

Conforme Bernart (2009), ao passar dos anos na modernidade, a figura da criança pobre e desvalida foi tornando-se mais visível e com isso passou a ser reconsiderada uma proposta de educação para esse público, entretanto, dadas as condições estruturais da época o foco era o assistencialismo e o higienismo, já que as taxas de mortalidade das crianças, devido ao descaso e abandono eram crescentes.

No Brasil, no que diz respeito à transição de uma proposta meramente assistencialista para uma proposta mais humanista em educação infantil, que passou a considerar a criança como um sujeito de direitos, pode-se destacar o papel da Constituição Federal (BRASIL, 1988), visto que desde sua promulgação, a oferta de educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser garantida como um dever do Estado.

Com essa mudança, o cenário da educação infantil no Brasil tem vivenciado transformações contínuas e significativas, o que quer dizer que melhores condições de acesso foram oferecidas no contexto educativo, contemplando as crianças do nosso país.

2.2 A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO DA CRIANÇA: O QUE ESTABELECE A LEGISLAÇÃO

Dentre tantos direitos que possuímos, a educação manifesta-se como um dos mais importantes, uma vez que os processos educativos que vivenciamos ao decorrer da vida influenciam diretamente na nossa trajetória, em diversas situações, impactando quase sempre na nossa qualidade de vida.

A educação, conforme já discutido, nem sempre foi um direito da criança e, assim, muitos danos foram causados à humanidade ao longo dos séculos. Dessa forma, faz-se indispensável considerar o papel que a educação desempenha, sobretudo na primeira infância, para o processo de desenvolvimento humano.

No Brasil, a educação na infância passou a ser vista com outros olhos a partir da Constituição Federal de 1988, que em alguns de seus artigos estabeleceu, entre uma série de outros direitos, que: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988)

A partir dessa determinação de proteção à infância, e na tentativa de garantir o processo educativo desse público, o Art. 208 trata das garantias e deveres do Estado com a educação, apontando, em seu inciso IV a garantia de “[...] educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade [...]” (BRASIL, 1988)

Com a educação infantil garantida em creches e pré-escolas através de pressupostos legais, abriu-se o caminho para outras conquistas, através da formulação de documentos tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996), entre diversos outros documentos que vieram a surgir posteriormente.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), em complementação ao artigo 1º que dispõe de sobre a obrigatoriedade de proteção integral voltadas para a criança e o adolescente, consta, em seu Art.4º que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, s/p)

Com a Educação Infantil garantida por meio da Constituição Federal (1998) e por meio das determinações contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), foi tornando-se mais viável e, sobretudo necessária, a formulação de outros documentos que pudessem reforçar e estabelecer critérios mais específicos para uma educação infantil de qualidade.

Um dos grandes marcos para a Educação Infantil foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei Nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo que:

Art. 29º A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, s/p)

Em sequência, no seu Art. 30º, determina que: “A educação infantil será oferecida em: “I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.” (BRASIL, 1990)

Como forma de atender ao disposto no Art. 214 da Constituição Federal (1988), o Plano Nacional de Educação - Lei Nº 13.005/2014, de duração decenal, com vigência de 2014-2024, teve por objetivo “...articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades [...]” (BRASIL, 2014, p.9)

Como a Meta número 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei Nº 13.005/2014, ficou estabelecido o seguinte:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014)

Assim, na tentativa de ser cumprida tal meta, no documento desdobram-se uma série de estratégias, elencadas do 1.1 ao 1.17, que abrangem diversos pontos essenciais para o alcance de tal objetivo.

Dentre essas estratégias, são discutidos diversos pontos, que vão desde a necessidade de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil, até outras questões, que envolvem a promoção da formação inicial e continuada de professores, a

organização dos espaços como forma de preservação das especificidades da educação infantil, e outros pontos essenciais para a oferta de uma educação infantil de qualidade. (BRASIL, 2014)

Para a efetivação de tais estratégias e o alcance das metas propostas, devem ser considerados uma série de documentos, como, por exemplo: os Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006), Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009), Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (BRASIL, 2018), além de outros, uma vez que estabelecem em seu conteúdo fatores essenciais para pormenorizarem os aspectos indispensáveis para o desenvolvimento integral da criança.

Os Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006), documento que, como o próprio nome sugere, visa estabelecer parâmetros para a construção e reformas das Unidades de Educação Infantil (UEI), dispondo de aspectos essenciais para a composição do ambiente, visto que é um cenário importante para o desenvolvimento dos seus usuários, destaca que:

Considerando que crianças e profissionais da Educação Infantil passam, em média, um terço de seu dia no interior da creche ou da pré-escola que freqüentam, a qualidade desses ambientes afeta significativamente a vida de seus usuários, além de influenciar o projeto político-pedagógico e o processo educacional ali desenvolvidos” (BRASIL, 2006, p.34)

De tal modo, para que a educação oferecida para as crianças seja capaz de atender aos critérios estabelecidos nesse documento, é muito importante que todos os atores envolvidos se articulem e possam atuar de modo participativo, contribuindo para que os espaços físicos existentes nas Instituições possam ser construídos de forma democrática, de maneira a impulsionar as aprendizagens, refletindo sobre as reais necessidades e problemas do dia a dia educacional.

Nesse mesmo sentido, os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009), documento criado com intuito de promover uma autoavaliação da qualidade das Instituições de educação infantil, através de um processo participativo que propôs o engajamento de toda a comunidade na elucidação dos problemas que implicam na qualidade da educação infantil ofertada nas Instituições, ao falar sobre as questões infraestruturais e de organização do espaço, prevê:

Os ambientes físicos da instituição de educação infantil devem refletir uma concepção de educação e cuidado respeitosa das necessidades de desenvolvimento das crianças, em todos seus aspectos: físico, afetivo,

cognitivo, criativo. Espaços internos limpos, bem iluminados e arejados, com visão ampla do exterior, seguros e aconchegantes, revelam a importância conferida às múltiplas necessidades das crianças e dos adultos que com elas trabalham; espaços externos bem cuidados, com jardim e áreas para brincadeiras e jogos, indicam a atenção ao contato com a natureza e à necessidade das crianças de correr, pular, jogar bola, brincar com areia e água, entre outras atividades. (BRASIL, 2009, p. 50)

Assim, ao discutir sobre uma concepção de educação infantil que privilegie o desenvolvimento da criança em diferentes aspectos, e incluindo fatores essenciais para o funcionamento do ambiente, o documento acaba destacando a importância dos espaços para o favorecimento de vivências lúdicas, que permitam que a criança se movimente e possa estar em contato com experiências de fato significativas para o seu aprendizado.

Nesse mesmo direcionamento, o documento revela ainda, que a instituição de educação infantil deve propor sua organização de forma que valorize e favoreça a autonomia da criança, e que “As professoras devem atuar de maneira a incentivar essa busca de autonomia, sem deixar de estar atentas para interagir e apoiar as crianças nesse processo.” (BRASIL, 2009, p.40)

Ao investigar quais são os indicadores da qualidade na educação infantil, é possível estabelecer uma relação dialógica com os envolvidos, e assim conhecer de forma mais precisa quais são os problemas que de fato implicam na qualidade do ensino ofertado, tornando mais viável constatação dos problemas e fazendo com que, consequentemente, se tornem mais prováveis a exequibilidade dos projetos elencados, reconstruindo e reforçando assim a ideia do que devem ser os parâmetros básicos para uma educação infantil de qualidade.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (BRASIL, 2018), documento elaborado através de pesquisas, estudos, levantamentos e discussões, incluindo as metodologias participativas, ao caracterizar os problemas da infraestrutura das Instituições, sugerindo os critérios que devem ser considerados para essa construção, considera que:

Dentre as necessidades de infraestrutura, estão os ambientes planejados para assegurar acessibilidade universal, na qual autonomia e segurança são garantidas a todos, sejam eles crianças, profissionais, famílias ou membros da comunidade. Deve-se também considerar critérios de qualidade em seus vários aspectos – técnicos, funcionais, estéticos e compositivos –, visando a construir um ambiente físico promotor de saúde, nutrição, proteção, brincadeiras, leitura, explorações, descobertas, que promova a interação entre as crianças e entre elas e os adultos, os espaços, os materiais, os brinquedos, os mobiliários e a natureza. (BRASIL, 2018, p. 66)

A partir dos documentos até aqui discutidos, observa-se as inúmeras influências que a infraestrutura e a forma que os espaços estão organizados podem trazer para o processo de desenvolvimento da criança, e, sendo assim, fica evidente a importância que tais instrumentos possuem para o entendimento do que deve ser uma educação infantil de qualidade.

É importante entender que é através desses instrumentos legais que são traçadas as metas, indicadores, parâmetros e também grandes desafios, para que cada vez mais a realidade das Instituições possa refletir o que tais documentos, depois de tantas investigações, vieram a descobrir. Uma educação de qualidade se constrói de forma participativa e democrática, onde os diversos atores possam contribuir para o alcance de melhorias e transformações socioeducacionais.

2.3 A INFRAESTRUTURA COMO UM ELEMENTO ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

O desenvolvimento integral da criança na perspectiva de uma educação infantil de qualidade é enxergado como um importante objetivo. No entanto, para que haja a concretização desse objetivo, se faz necessário que o processo educativo oferecido pela escola seja capaz de atender a uma série de aspectos que possam impulsionar as potencialidades da criança.

Vigotski (2017) ao tratar dos fatores que influenciam sobremaneira no desenvolvimento e comportamento da criança cita o ambiente no qual ela está inserida como um ponto extremamente impactante. Para ele, os ambientes em que a criança estabelece relações e convive são responsáveis pela criação de novas relações mentais, assim como pela transformação das ações comportamentais e psíquicas da criança.

Ao apontar para a criança um lugar essencial na constituição da influência do meio sobre o desenvolvimento humano, Vigotski aponta para uma concepção de criança rica de possibilidades, capaz de estabelecer relações com o mundo que a rodeia e que, na escola infantil, deve contemplar experiências ricas e diversificadas com a cultura histórica e socialmente criada, diferente do que ocorre quando a criança é compreendida como pobre de possibilidades [...] (MELLO, 2010, p. 730)

Nesse sentido, percebe-se que a presença ou a ausência de uma infraestrutura escolar de qualidade, por estar diretamente ligada aos aspectos que compõem o ambiente,

é um assunto de grande relevância, uma vez que colabora com o entendimento das influências geradas pelo meio no desenvolvimento da criança.

Conforme Garcia, Garrido e Marconi (2017) a infraestrutura escolar não envolve somente as instalações prediais, mas sim tudo aquilo que oferece suporte para o seu funcionamento, como equipamentos e materiais indispensáveis para a execução de determinadas atividades educativas. Nessa lista como um todo, aparecem: laboratórios, bibliotecas, computadores, televisores, livros de qualidade e etc.

O problema é que infelizmente ainda é possível identificar no nosso país realidades em que Instituições de educação infantil sequer contam com as condições básicas de infraestrutura as quais compreendem, segundo os Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil, a existência e abastecimento de “[...] água, esgoto sanitário e energia elétrica, atendendo às necessidades de higiene e saúde de seus usuários, além de rede de telefone.” (BRASIL, 2006, p. 32)

Sendo assim, e encarando a instituição como um ambiente propulsor do desenvolvimento da criança, é necessário considerar as vivências e as condições as quais essas podem estar submetidas em seu ambiente familiar, de modo que a instituição possa oferecer suporte para o enfrentamento de barreiras que são impostas ao processo de desenvolvimento da criança em virtude das baixas condições socioeconômicas que algumas famílias se situam e que acabam dificultando oportunizar vivências indispensáveis para formação integral do infante.

Para Nascimento e Orth (2008) faz-se necessário que as Instituições educativas e os profissionais que a integram, possam lançar um olhar mais aprofundado e crítico a respeito dos acontecimentos que permeiam o contexto familiar, visto que muitas vezes é caracterizado por desestruturas, conflitos, abusos e ameaças que afetam diretamente a criança e seu desenvolvimento.

Sendo assim, é preciso ressaltar a “importância do ambiente para o desenvolvimento infantil, pois é nele que a criança estabelece a relação com o mundo e com as pessoas e é ele que vai garantir a sua formação e a sua qualidade de vida social, moral, psicológica e cultural.” (NASCIMENTO; ORTH, 2008, p. 3). Para que esse desenvolvimento seja oportunizado, é importante também considerar que:

[...] o espaço arquitetônico do ambiente escolar, principalmente do infantil, caracteriza-se como um conjunto de elementos responsáveis por influenciar diretamente na aprendizagem dos alunos. Deve transmitir a percepção de um ambiente familiar, acolhedor e seguro, onde as crianças possam brincar, aprender e socializar livremente, além de potencializar a interação com a natureza, possibilitando um desenvolvimento natural e saudável” (FACINA, 2018, p. 26)

Garcia, Garrido e Marconi (2017) destacam que por meio das possibilidades de organização de diferentes ambientes de aprendizagem, através do suporte oferecido por uma infraestrutura de qualidade, pode-se contribuir imensamente para a redução das desigualdades sociais, haja vista que isso fará com que crianças em estado de vulnerabilidade socioeconômica possam ter acesso garantido a utilização de equipamentos e materiais os quais não possuem acesso em seu contexto familiar, passando a ter contato com vivências capazes de expandirem suas potencialidades de aprendizagem.

Assim, parece ser indiscutível que “Uma boa infra-estrutura e ambientes diversificados, amplos e prazerosos propiciam o aprendizado.” (NASCIMENTO; ORTH, 2008, p.10)

Tendo em mente os problemas até aqui relacionados, atrelados principalmente à vulnerabilidade socioeconômica em que se encontram algumas crianças no ambiente familiar, a instituição deve buscar, através das diversas possibilidades de aprendizagem, em seus múltiplos espaços, oportunizar vivências ricas em aprendizado para as crianças, para que elas possam se desenvolver integralmente.

Do ponto de vista de Jaume (2004) um grande problema para a efetivação de uma proposta infraestrutural de qualidade é que em alguns casos as instalações em que as Instituições funcionam são planejadas para fins residenciais e, dessa maneira, ao adaptar os cômodos para o funcionamento dos espaços, quase sempre resulta em inadequação para a execução das atividades propostas, o que vem a comprometer o aprendizado da criança.

Assim, para atender as necessidades, capacidades e as potencialidades de cada criança individualmente, são necessários ambientes físicos diversificados, internos e externos, naturais e construídos. Como espaços para socialização, conexão com a natureza, aulas expositivas, salas e oficinas para atividades de concentração. (OLIVEIRA, 2016, p. 50-51 apud FACINA, 2018, p. 12)

Com isso se faz necessário pensar na necessidade da implantação de políticas públicas educacionais voltadas para a melhoria na qualidade da infraestrutura das

Instituições em especial, neste caso, da educação infantil, já que é inegável que a educação vivenciada na primeira infância oferece uma base importantíssima para o desenvolvimento contínuo do indivíduo nas fases seguintes da vida.

Para Silva (2017) ao pensarmos na infraestrutura da instituição educativa no sentido político devemos lançar nosso olhar além da sua construção. Isso implica em considerar as reais necessidades estruturais, envolvendo adequações, reformas, manutenção e aquisição de materiais e equipamentos necessários para o bom funcionamento da instituição. Além disso, destaca como imprescindível a participação da comunidade, como agentes políticos deste meio, capazes de cobrar ao Estado iniciativas de fato satisfatórias no que diz respeito a proposição de políticas públicas de infraestrutura de qualidade para as Instituições de educação infantil.

Diante disso e conforme apontou Paulo Freire em seu livro *Política e Educação*, é conveniente pensar que “Como não há educação sem política educativa que estabelece prioridades, metas, conteúdos, meios e se infunde de sonhos e utopias, creio que não faria mal nenhum neste encontro que sonhássemos um pouco.” (FREIRE, 2001, p. 14)

Assim sendo, podemos fazer uso da nossa capacidade de transformação enquanto agentes sociais e políticos para transformar o sonho de uma proposta de infraestrutura em educação infantil de qualidade numa realidade constante que, traçada através de parâmetros específicos, seja capaz de atender às necessidades educacionais da criança no seu processo de ensino aprendizagem, alcançando assim o tão almejado processo de desenvolvimento integral.

2.4 O PAPEL DO EDUCADOR NA ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

Além das possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem que podem ser vivenciadas a partir da oferta de uma infraestrutura de qualidade, a organização do ambiente de aprendizagem em si, apoiado sob a perspectiva de um planejamento pedagógico bem direcionado, é capaz de oferecer contribuições inestimáveis ao êxito das práticas educativas em qualquer etapa do ensino, em especial na educação infantil.

De acordo com Nascimento e Orth (2008) as creches e pré-escolas são consideradas campos de vivências e de explorações, os quais são responsáveis por oportunizarem a criança o reconhecimento de objetos, sensações, percepções e experiências capazes de impulsionar o seu processo de desenvolvimento.

Ao compreender o papel do espaço na proposição de novas estratégias de aprendizagem, fica evidente que:

O espaço é entendido sob uma perspectiva definida em diferentes dimensões: a física, a funcional, a temporal e a relacional, legitimando-se como um elemento curricular. A partir desse entendimento, o espaço nunca é neutro. Ele poderá ser estimulante ou limitador de aprendizagens, dependendo das estruturas espaciais dadas e das linguagens que estão sendo representadas. (HORN, 2004, p. 35)

Para entender como é possível tornar o ambiente de aprendizagem da educação infantil em um ambiente estimulante, é preciso ter em mente, antes de qualquer outra coisa, o fato de que “O planejamento do espaço, no contexto da educação infantil requer a partilha de concepções de criança e de educação infantil que valorizem a expressão e a socialização, a autonomia e exploração de aspectos físicos e relacionais dos estímulos e agentes ali presentes” (ZAMBERLAN; BASANI; ARALDI 2007, p. 258)

E é exatamente nesse ponto em que o papel desenvolvido pelo educador ganha destaque, pois ao planejar as ações ele concebe métodos a serem traçados e os objetivos a serem alcançados, utilizando-se do ambiente como um aliado para oportunizar aprendizagens realmente significativas para as crianças.

A respeito disso, Nascimento e Orth (2008, p.13) enfatizam que “Os educadores tendo em mãos bons materiais didático-pedagógicos, podem ocupar e utilizar diferentes espaços, modificando-os em função dos interesses das crianças”

No decorrer da sua ampla e significativa trajetória de vida, a educadora, pedagoga e médica italiana Maria Montessori (1870-1952) trouxe contribuições inestimáveis para a educação, sobretudo para a educação infantil. Moraes (2002), ao discutir sobre o famoso “Método Montessori”, destaca a grande preocupação da educadora a respeito da organização do ambiente, uma vez que ela explicita em suas teorias o entendimento de que o ambiente funciona como ferramenta valiosíssima, capaz de atuar no desenvolvimento das aptidões da criança. Pontuando mais detalhes acerca disso, é importante destacar que:

Na metodologia montessoriana, evidencia-se uma preocupação constante com a organização de um ambiente onde as crianças pudessem se descentrar da figura do adulto. Isto é, o controle passa do educador para o ambiente. Montessori afirmava que deveríamos organizar o espaço de modo que a vigilância do adulto e seus ensinamentos fossem minimizados, pois, consequentemente, a interferência do adulto seria reduzida. Assim sendo, a beleza do ambiente e o desafio dos objetos, por si só, deveriam estimular as crianças a agir. A condição fundamental da organização desse ambiente deveria ser a harmonia, o colorido, a disposição de moveis e objetos que convidassem as crianças a interagirem, a brincarem e a trabalharem. (HORN, 2004, p. 32)

Falar da descentralização da figura do adulto no ambiente, nesse sentido, abre espaço para divergentes opiniões sobre o assunto. Há quem pense ser impossível educar através da observação, sem intervir diretamente no processo de aprendizagem da criança com palavras e ações a todo momento. Tal postura, conseqüentemente, desconsidera a capacidade de autonomia da criança enquanto construtora de sua própria aprendizagem e do ambiente como mediador que envolve a criança em seu próprio desenvolvimento.

No entanto, ao discutir acerca da ideia distorcida que alguns teóricos e educadores tem a respeito do seu método, Montessori relata que “dar a liberdade à criança não é abandoná-la a si própria ou negligenciá-la. Nossa ajuda não deve tornar-se uma passiva indiferença às suas dificuldades. Ao invés disso, devemos acompanhar esse crescimento com uma vigilância prudente e afetuosa” (MONTESSORI, s/d, p.37 apud COSTA, 2001, p. 309).

Enxergando o educador nesse sentido, como observador atento da relação estabelecida entre a criança e o ambiente, capaz de adquirir conhecimentos ideais para fundação de novas práticas a partir da observação, é possível que sejam concebidas inúmeras vantagens no processo de ensino-aprendizagem, dentre elas uma melhoria considerável na relação entre professor e criança já que ao observar a interação dela com o ambiente e com seus pares, na tentativa de entender aspectos comportamentais e afetivos, o educador passa a compreender melhor a criança, passando a considerar suas vontades e necessidades no processo educativo.

Ao planejar um ambiente considerando as necessidades e vontades da criança, o educador cria um ambiente propício ao envolvimento e faz com que as aprendizagens se tornem sobretudo significativas. A respeito da organização do espaço e da postura observadora do educador, é possível entender que:

Organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades. É importante que o educador observe o que as crianças brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto, também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte. (BARBOSA; HORN, 2001, p. 67)

Sendo assim e entendendo as amplas dimensões em que a criança se encontra no processo educativo, os educadores precisam fazer da instituição em que atuam um ambiente estimulante para a aprendizagem.

Ao considerar as necessidades que a criança possui é possível que o educador com ajuda das próprias crianças construa um ambiente acolhedor capaz de gerar um aprendizado amplo e satisfatório, assim como de promover a criatividade e a autonomia das crianças em um processo dinâmico e interativo.

O problema é que em muitos casos a formação vivenciada por alguns educadores não oferece o estímulo e suporte necessários para que esse possa desenvolver, a partir de seus conhecimentos, um ambiente capaz de criar e trabalhar as diversas possibilidades de desenvolvimento que devem ser contempladas no processo educativo da criança.

Em virtude disso se torna mais que necessário que o sistema educacional invista em programas de formação continuada de professores e que possam também, através da proposição de mudanças existentes na proposta curricular ofertada nas universidades, discutir mais sobre a importância da transformação do ambiente por meio de práticas pedagógicas bem fundamentadas. Isto posto, é necessário entender que:

A formação assume um papel que vai além do ensino que pretende uma mera atualização científica, pedagógica e didática e se transforma na possibilidade de criar espaços de participação, reflexão e formação para que as pessoas aprendam e se adaptem para poder conviver com a mudança e com a incerteza. (IMBÉRNON, 2002, p.18).

Outro ponto importante que torna atrativa a proposta de organização do ambiente como um elemento facilitador dos processos de ensino-aprendizagem, é o fato de que no nosso país convivemos com uma realidade caótica de superlotação de crianças em creches e pré-escolas, assim como da disponibilização de poucos profissionais para atender às demandas educacionais.

Mendes (2017, p.14), discutindo sobre a o problema da superlotação como um fator influenciador da qualidade da educação infantil ofertada pontua que “Cada criança tem uma necessidade diferente, no entanto, em um ambiente de superlotação o trabalho dos profissionais que ali atuam tende a ficar comprometido

E para evitar que o trabalho dos educadores fique comprometido em virtude de fatores como a superlotação de crianças e do oferecimento de poucos profissionais para a execução das tarefas nas Instituições escolares, isto é, a falta de investimento de forma

geral, visualizar o ambiente como um espaço amplificador das aprendizagens e colaborador do professor e do aluno no processo de aprendizagem é uma ótima saída.

Por isso se faz necessário discutir sobre a importância da atuação dos professores na construção e organização dos ambientes de aprendizagem na educação infantil, de forma que prioritariamente as ações desses agentes estejam intencionadas em atender os aspectos relativos às necessidades da própria criança.

Para que tais mudanças se efetivem, no sentido de gerar melhorias nos processos de ensino-aprendizagem na educação infantil, considerando a temática da organização do espaço como um elemento curricular que requer planejamento, é necessário que sejam fomentadas as discussões acerca de diversos temas, em especial, neste momento, sobre a formação inicial e continuada de professores, pois para que as propostas educativas sejam concretizadas é necessário, antes de tudo, que os profissionais estejam capacitados para traduzir as necessidades da criança na proposição de um ambiente rico de possibilidades capazes de expandirem as diversas capacidades em desenvolvimento.

3 METODOLOGIA

O presente capítulo tem por objetivo apresentar como foram guiados os procedimentos metodológicos para a realização desta pesquisa, que teve como ponto de partida uma revisão de literatura, já que ela possibilita “ampla discussão sobre o estágio do tema, na forma de um debate entre os autores consultados, com o objetivo de identificar posturas, ideias e opiniões através de uma análise crítica e reflexiva dos seus conteúdos”. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 253)

Após o levantamento bibliográfico inicial, foi realizada então uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, a qual, segundo a perspectiva de Minayo (2001, p. 21), “trabalha com o universo, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”

A pesquisa foi realizada em uma cidade do interior da Paraíba, e teve como foco analisar as Instituições municipais de Educação Infantil da cidade, que atualmente são divididas em 3 creches e 1 pré-escola, que funcionam em diferentes bairros da cidade e buscam atender a população local.

Como sujeitos da pesquisa, participaram desse estudo 4 educadoras, uma de cada instituição e que, ao longo das discussões desse trabalho, serão nomeadas de P1, P2, P3 e P4, afim de representar as Instituições I1, I2, I3, I4, sendo mantido assim o anonimato das Instituições e das participantes.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário, cuja aplicação se deu de forma online, o qual contou com 12 questões, algumas abertas e outras de múltipla escolha. No processo de elaboração das perguntas foram considerados os aspectos referentes à infraestrutura, em especial os que compreendemos que são essenciais para o desenvolvimento integral da criança, na tentativa de conhecer a infraestrutura das Instituições, através da descrição dos espaços físicos existentes, considerando também a existência ou inexistência de práticas pedagógicas que se preocupem com a organização dos espaços na educação infantil.

Por fim, foi feita a análise dos dados levantados a partir dos questionários, sob a perspectiva do referencial teórico já estudado, considerando principalmente o que estabelecem os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006) e os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (2018).

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES

O presente capítulo tem por objetivo apresentar os dados que fundamentam essa pesquisa, e contém informações que vão desde a caracterização dos participantes e do campo da pesquisa, até a análise e discussão das respostas obtidas através do questionário aplicado, na tentativa de compreender, sob a perspectiva de educadores, os impactos que elementos como a infraestrutura e a organização do espaço podem trazer para o processo de desenvolvimento integral da criança.

4.1 CARACTERIZANDO OS PARTICIPANTES PESQUISA

Participaram da pesquisa um total de quatro educadoras, cada uma representando uma das quatro Instituições de educação infantil existentes em um município do sertão da Paraíba. A caracterização das participantes da pesquisa foi feita a partir da coleta das seguintes informações: Idade, sexo, formação acadêmica, tempo que trabalha na educação infantil e tempo que trabalha na instituição. Não foram revelados os nomes, como um modo de preservar a identidade dos participantes, sendo, portanto, utilizados os seguintes codinomes: E1, E2, E3 e E4. A respeito dessa caracterização, são apresentados os resultados obtidos na tabela abaixo:

Tabela 1 – Caracterização dos participantes da pesquisa

EDUCADOR(A)	IDADE ENTRE	SEXO	FORMAÇÃO	TEMPO QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	TEMPO QUE TRABALHA NA INSTITUIÇÃO
E 1	46 e 55 anos	Feminino	Magistério	Mais de 20 anos	Mais de 10 anos
E 2	26 e 35 anos	Feminino	Pós-Graduação	Entre 9 e 15 anos	Entre 3 e 5 anos
E 3	26 a 35 anos	Feminino	Graduação	Entre 5 e 8 anos	Entre 3 e 5 anos
E 4	46 a 55 anos	Feminino	Pós-Graduação	Entre 0 e 4 anos	Entre 3 e 5 anos

Fonte: Amorim (2020)

Constata-se, então, a partir dos dados descritos na tabela, que todas as quatro (100%) participantes são do sexo feminino. Duas (50%) delas possuem idade entre 26 e 35 anos e as outras duas (50%) entre 46 e 55 anos. Em relação ao nível de formação, verifica-se que uma (25%) das educadoras tem Magistério, uma (25%) tem graduação e as outras duas (50%) tem Pós-Graduação.

No que diz respeito ao tempo de trabalho na educação infantil, percebe-se que as educadoras tem um tempo de experiência bem variado com relação umas às outras, onde uma (25%) tem experiência de 0 a 4 anos, uma (25%) entre 5 e 8 anos, uma (25%) 9 a 15 anos e a outra (25%) está há mais de 20 anos atuando na Educação Infantil.

Por último, quando perguntadas sobre o tempo de atuação na Instituição em que representa, três delas, (75%) das educadoras responderam que estão trabalhando de 3 a 5 anos, e uma (25%) delas já está trabalhando na mesma instituição há mais de 10 anos.

Cada uma das educadoras está inserida em um contexto rico e diversificado de aprendizagens cotidianas significativas, e costumam dedicar grande parte do seu tempo a propor iniciativas voltadas para melhoria nos processos de ensino e aprendizagem, valorizando o cuidar e educar, entre outros elementos que possam vir a influenciar de forma positiva no desenvolvimento da criança, no sentido de proporcionar vivências realmente significativas para o seu crescimento.

Os Parâmetros Nacionais da Qualidade para Instituições de Educação Infantil (2018), em sua área focal 2, que trata de formação, carreira e remuneração dos professores e demais profissionais da Educação Infantil, no sentido de afirmar o papel do professor na educação da criança, deixa claro que:

O Professor é peça-chave na promoção da qualidade da Educação Infantil. Para que esse profissional possa responder aos anseios e as expectativas sociais depositadas nessa etapa da Educação Básica, é necessário propiciar condições para sua valorização e desenvolvimento profissional: salário; carreira; jornada; participação efetiva na elaboração e condução dos projetos pedagógicos da instituição; formação inicial e continuada, com foco no desenvolvimento infantil, garantindo espaço para a pluralidade e para que Professores ampliem seu saber e seu saber fazer com as crianças; formação permanente exercida com condições dignas de vida e de trabalho e concebida no interior de uma política educacional sólida e consistente. (BRASIL, 2018, p. 33)

Em vista dessa realidade, é importante que os profissionais que atuam na Educação Infantil possam ter acesso a melhores condições de trabalho, e uma formação digna, que permita que sejam capazes de lidar com as diversas influências que permeiam o contexto educacional todos os dias, conduzindo-as ao encontro a uma prática educativa preocupada com o desenvolvimento da criança, em seus diversos aspectos e contemplando as especificidades da criança, enquanto sujeito de direitos humanos.

4.2 CARACTERIZANDO O CAMPO DA PESQUISA

Considerando o atual contexto de pandemia da Covid 19, e a impossibilidade de realização de visitas aos campos de pesquisa em virtude do fechamento temporário das Unidades de Educação Infantil, a caracterização do campo dessa pesquisa foi realizada de forma geral, mediante as informações oferecidas pelas próprias educadoras participantes no questionário aplicado, sendo que as respostas das educadoras E1, E2, E3 e E4 são responsáveis pela descrição das Instituições 1, 2, 3 e 4 respectivamente.

Assim, em primeiro momento, buscou conhecer algumas informações básicas sobre a escola, contextualizando informações sobre o seu funcionamento. Quando perguntadas sobre o ano de fundação das respectivas Instituições e se já passaram por reformas desde então, as educadoras responderam:

Tabela 2 – Fundação e reformas das Instituições

PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO	JÁ PASSOU POR REFORMAS
E1	INSTITUIÇÃO 1	1983	Sim
E2	INSTITUIÇÃO 2	2016	Não
E3	INSTITUIÇÃO 3	2015	Não
E4	INSTITUIÇÃO 4	2011	Sim

Fonte: Amorim (2020)

Como se pode perceber, as Instituições 1 e 4, são as que aparecem atuando a um maior tempo na Educação Infantil, onde a INSTITUIÇÃO 1 tem um tempo de atuação de 37 anos e a INSTITUIÇÃO 4, há 9 anos. Também foram as únicas que passaram por reformas. As INSTITUIÇÕES 2 e 3, pelo contrário, ainda não foram contempladas com nenhuma reforma desde a sua inauguração. A INSTITUIÇÃO 2 atua na Educação Infantil há 4 anos e a INSTITUIÇÃO 3, há 5 anos.

Os Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil (2018), em sua área focal 8, que trata da infraestrutura das Instituições de Educação Infantil, estabelece:

A construção, ampliação ou reforma de uma Instituição de Educação Infantil demandam planejamento e envolvem práticas articuladas entre Secretarias de Educação, Gestores e Equipes Técnicas, no sentido de incorporar as necessidades e os desejos dos usuários ou possíveis usuários, no Projeto Pedagógico e garantir a interação com as características regionais e ambientais. (BRASIL, 2018, p.66)

Sendo assim, faz-se necessário refletir acerca da necessidade de realização de reformas quando preciso, bem como do engajamento dos sujeitos envolvidos nesse processo, visto que tal iniciativa constitui um ponto muito importante para a manutenção da qualidade dos espaços físicos ofertados.

Nesse mesmo viés, os Parâmetros de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (2006) sugerem que os gestores e os demais profissionais da instituição de Educação Infantil possam:

- Encaminhar às autoridades competentes quadro de necessidades e solicitações dos itens básicos para construção ou reforma da sua unidade.
- Após a obra, realizar periodicamente relatórios sobre o estado da unidade, apontando problemas surgidos e possíveis soluções.
- Orientar os demais usuários e pais nos cuidados que devem ter em relação à manutenção e à segurança da edificação escolar, suas instalações e seu entorno ambiental.
- Procurar integrar as atividades pedagógicas e de lazer ao espaço físico da unidade.
- Promover palestras e outras iniciativas com a comunidade para discutir questões ligadas à sustentabilidade: salubridade; acessibilidade; conforto ambiental; segurança e proteção ao meio ambiente (água potável, efluentes, vegetação, poluição, fontes alternativas de energia, etc.).
- Subsidiar os profissionais de engenharia e arquitetura nos itens relativos às necessidades pedagógicas no que diz respeito à construção e à reforma dessas unidades. (BRASIL, 2006, p.13-14)

Essas sugestões, quando seguidas devidamente, são iniciativas bastante colaborativas para que haja um melhor gerenciamento das necessidades de cada Instituição, e assim possam ser encaminhadas para os setores competentes as demandas de cada uma delas, na intenção de que os espaços físicos possam estar sempre nas condições adequadas de funcionamento, para melhor atender as necessidades das crianças e demais usuários.

De modo geral, pode-se dizer que a qualidade desses espaços irá influenciar diretamente na leitura que a criança faz do mundo a sua volta e, por isso, é importante que esses espaços sejam capazes de expressar harmonia e oportunizar vivências positivas, tornando o processo de aprendizagem muito mais dinâmico e interativo.

Nesse sentido, através das respostas oferecidas pelas educadoras participantes, buscou saber também a quantidade de salas de atividades que cada uma das Instituições possui, assim como a quantidade de turmas por elas atendidas, com o intuito de analisar se as Instituições participantes desse estudo contam com espaços suficientemente capazes de atender às demandas, conforme será demonstrado na Tabela a seguir:

Tabela 3 – Quantidade de salas de atividades e turmas atendidas

PARTICIPANTE/ INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE DE SALAS DE ATIVIDADES	TURMAS ATENDIDAS
E1/ INSTITUIÇÃO 1	8	Berçário Maternal I Maternal II Pré-I Pré-II
E2/ INSTITUIÇÃO 2	9	2 berçários I 2 berçários II; 2 maternais I 3 maternais II
E3/ INSTITUIÇÃO 3	8	2 berçários 2 maternais I 2 maternais II 2 Pré-I
E4/ INSTITUIÇÃO 4	6	6 Pré-I (manhã) 6 Pré-II (tarde)

Fonte: Amorim (2020)

Observa-se então que todas as Instituições contam com salas de atividades suficientes para atender a demanda de turmas por elas atendidas. No caso da INSTITUIÇÃO 1, a mesma dispõe de mais 3 salas de atividades, além das 5 salas que atendem às 5 turmas matriculadas, que certamente devem ser utilizadas para outras finalidades de acordo com as necessidades da Instituição.

Os Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil (2018), ao estabelecerem critérios de qualidade e de funcionamento para os diferentes espaços das UEI (Unidades de Educação Infantil), afirmam que as salas de atividades são:

[...] os espaços destinados às atividades pedagógicas infantis, organizadas e divididas de acordo com a faixa etária das crianças. Esses espaços preveem áreas adequadas às atividades propostas, com dimensionamento e mobiliário apropriados, de modo que contribuam para a vivência e incentivem a realização de práticas socioeducativas e expressões infantis, como jogos, leituras e demais atividades específicas. As salas de atividades devem ser planejadas como ambientes estimulantes, confortáveis, acolhedores e seguros. (BRASIL, 2018, p. 70)

Na composição desses ambientes, são muitos os fatores que podem influenciar, como elementos de natureza térmica, visual, geográfica e etc., que estão atrelados, por sua vez, à construção da edificação. Assim, para a promoção de ambientes estimulantes,

confortáveis, acolhedores, e seguros, é necessário que as Instituições contemplem aspectos indispensáveis que devem constar nessa composição.

A Tabela a seguir, nesse sentido, demonstra a resposta das educadoras quando questionadas sobre se os ambientes das Instituições eram ventilados, iluminados, acessíveis e se estavam em boas condições de funcionamento:

Tabela 4 – Ventilação, iluminação, conforto e condições de funcionamento

PARTICIPANTE/ INSTITUIÇÃO	AMBIENTES VENTILADOS	AMBIENTES ILUMINADOS	AMBIENTES CONFORTÁVEIS	ESTÃO EM BOAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO?
E1/ INSTITUIÇÃO 1	Sim	Sim	Sim	Sim
E2/ INSTITUIÇÃO 2	Sim	Sim	Sim	Sim
E3/ INSTITUIÇÃO 3	Sim	Sim	Sim	Sim
E4/ INSTITUIÇÃO 4	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Amorim (2020)

Assim, é possível notar que, segundo a perspectiva de todas as educadoras participantes, as Unidades de Educação Infantil das quais fazem parte contam com ambientes ventilados, bem iluminados e confortáveis, e assim parecem contemplar satisfatoriamente alguns dos aspectos essenciais para um bom funcionamento.

De acordo com o Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil, em sua Área Focal 8, que trata sobre Infraestrutura, ao tratar sobre conforto, iluminação e ventilação adequadas, define que a edificação deve procurar privilegiar, sempre que for viável:

[...] o uso dos recursos naturais, proporcionando conforto aos usuários e garantindo salubridade aos ambientes. A incorporação das condições naturais para promover a eficiência energética, por meio da iluminação e ventilação natural e dos sistemas alternativos de geração de energia e utilização dos recursos hídricos contribui para a sustentabilidade e a economia financeira, além de tornar a edificação um valioso instrumento para o processo pedagógico, valorizando a consciência ecológica. (BRASIL, 2018, p. 68)

E com intuito de garantir e priorizar a segurança dos seus usuários, o mesmo documento ainda destaca que é necessário que as Unidades de Educação Infantil (UEI) estejam com o alvará de funcionamento em dia, passando pelas vistorias dos órgãos competentes, seguindo sempre as instruções estabelecidas, para que tudo esteja de acordo com o preconizado na legislação.

Ao serem indagadas a respeito da acessibilidade e adequação dos ambientes e mobiliários das Instituições à estatura das crianças, as educadoras responderam que:

Tabela 5 – Ambientes e mobiliários adequados à estatura das crianças

PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	AMBIENTES ACESSÍVEIS E	MOBILIÁRIO ADEQUADO À
		ADEQUADOS À ESTATURA DAS CRIANÇAS	
E1	INSTITUIÇÃO 1	Sim	Sim
E2	INSTITUIÇÃO 2	Sim	Sim
E3	INSTITUIÇÃO 3	Sim	Sim
E4	INSTITUIÇÃO 4	Sim	Sim

Fonte: Amorim (2020)

Assim percebe-se que, de acordo com as educadoras, as Instituições 1, 2, 3 e 4 contam com ambientes e mobiliários acessíveis e adequados à estatura das crianças, o que é algo muito positivo e colabora imensamente para a qualidade das aprendizagens vivenciadas pelas crianças nos diversos espaços da instituição, por permitir que elas possam estabelecer um sentimento de pertencimento ao ambiente no qual estão inseridas.

Nesse contexto, os Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil (2018), em sua área focal 7, que dispõe sobre os parâmetros de qualidade acerca dos espaços, materiais e mobiliários, ressalta que:

Os espaços físicos garantem a segurança das crianças e, ao mesmo tempo, proporcionam sua autonomia, logo, os ambientes e o mobiliário precisam ser adaptados à sua estatura, sendo acessíveis e permitindo à criança interagir com o ambiente. (BRASIL, 2018, p. 62)

O documento enfatiza inclusive que o mobiliário e os equipamentos “[...] precisam ser acessíveis às crianças com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, de modo a promover inclusão plena, conforme Lei nº 13.146/2015.” (BRASIL, 2018, p. 65)

Prevê ainda que o espaço precisa ser rico e diversificado, com adequação e dimensionamento apropriados às diferentes faixas etárias, de modo a contribuir para a vivência de práticas socioeducativas que possam possibilitar o desenvolvimento da criança.

Ainda no sentido de investigar a realidade das Instituições, em termos de espaço, contexto de funcionamento e mobiliário adequados, outro ponto muito importante era saber se as Instituições possuíam serviços básicos de infraestrutura, já que a existência ou a inexistência desses serviços constitui-se como um fator determinante para a qualidade da educação ofertada.

Dessa forma, a Tabela abaixo ilustra a situação, em termos de infraestrutura básica, em que se encontram as Unidades de Educação Infantil (UEI) participantes da pesquisa, de acordo com as educadoras representantes:

Tabela 6 – Situação dos Serviços Básicos de Infraestrutura das UEI

PARTICIPANTE/ INSTITUIÇÃO	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	REDE ELÉTRICA	ESGOTO SANITÁRIO	REDE DE TELEFONE
E1/ INSTITUIÇÃO 1	Sim	Sim	Sim	Sim
E2/ INSTITUIÇÃO 2	Sim	Sim	Sim	Não
E3/ INSTITUIÇÃO 3	Sim	Sim	Sim	Sim
E4/ INSTITUIÇÃO 4	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Amorim (2020)

Conforme podemos observar na Tabela 6, as Instituições 1, 3 e 4 participantes da pesquisa contam com todos os serviços básicos de infraestrutura, dispondo do que preconizam os Parâmetros de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil, ao estabelecerem que:

As Unidade de Educação Infantil devem ter acesso privilegiado aos serviços básicos de infra-estrutura, tais como água, esgoto sanitário e energia elétrica, atendendo às necessidades de higiene e saúde de seus usuários, além de rede de telefone” (BRASIL, 2006, p.32)

Das 4 Instituições, percebe-se que apenas a Instituição 2 não atende integralmente aos critérios estabelecidos pelos Parâmetros de Infra-Estrutura, já que, segundo a educadora participante, a mesma não dispõe de serviços de rede de telefone.

Após constatar informações básicas referentes ao ano de fundação, realização de reformas, salas de atividades disponíveis para a quantidade de turmas atendidas, e verificar também a existência de ambientes ventilados, bem iluminados, confortáveis, e fatores como adaptação dos ambientes e mobiliário das Instituições à estatura das crianças; bem como a existência de serviços básicos de infraestrutura, foi a vez de verificar os espaços físicos existentes nas Instituições, os quais foram listados pelas educadoras conforme demonstra tabela abaixo:

Tabela 7 – Descrição dos espaços físicos existentes nas Instituições

ESPAÇOS FÍSICOS EXISTENTES NA INSTITUIÇÃO	E1	E2	E3	E4
	INSTITUIÇÃO 1	INSTITUIÇÃO 2	INSTITUIÇÃO 3	INSTITUIÇÃO 4
Sala de diretoria	Sim	Sim	Sim	Sim
Sala de professores	Sim	Sim	Sim	Sim
Sala de Coordenação	Sim	Não	Não	Não
Sala de leitura	Não	Sim	Sim	Não
Sala de secretaria	Sim	Não	Não	Sim
Sala de repouso	Sim	Sim	Sim	Não
Sala de vídeo	Sim	Sim	Sim	Sim
Fraldário	Não	Sim	Sim	Não
Lactário	Não	Sim	Sim	Não
Solário	Não	Sim	Sim	Não
Banheiro adequado à educação infantil	Sim	Sim	Sim	Não
Banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	Sim	Sim	Sim	Sim
Cozinha	Sim	Sim	Sim	Sim
Refeitório	Sim	Sim	Sim	Não
Despensa	Sim	Sim	Sim	Sim
Almoxarifado	Sim	Sim	Sim	Não
Pátio coberto	Sim	Sim	Sim	Sim
Pátio descoberto	Não	Sim	Sim	Sim
Área verde	Sim	Sim	Sim	Não
Parque Infantil	Sim	Sim	Sim	Não
Lavanderia	Sim	Sim	Sim	Sim
Outros	Não	Brinquedoteca	Biblioteca	Não

Fonte: Amorim (2020)

Diante dos dados explicitados na tabela, nota-se que são espaços físicos comuns entre as Instituições 1, 2, 3, 4: Sala de diretoria, Sala de professores, Sala de vídeo, Banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, Cozinha, Despensa, Pátio coberto e Lavanderia.

A Instituição 1, mesmo atendendo às turmas Berçário, Maternal I e II, não conta com espaços como: Fraldário, Lactário e Solário, e não possui pátio descoberto. Por

estar voltada somente para o atendimento a crianças de 0 a 4 anos, também não possui sala de leitura. No entanto, é a única entre as demais Instituições a possuir Sala de Coordenação.

A Instituição 2 não possui nem Sala de Coordenação e nem Sala de Secretaria, mas ao contrário da INSTITUIÇÃO 1, conta com Fraldário, Lactário e Solário, e possui além dos espaços físicos listados, uma brinquedoteca bem equipada para atender as necessidades das crianças e proporcionarem momentos lúdicos e recreativos.

A Instituição 3 não possui Sala de Coordenação e nem Sala de Secretaria, mas conta com todos os espaços essenciais para o pleno desenvolvimento das crianças as quais atende, como: fraldário, lactário, solário, área verde, parque infantil, dentre outros espaços, sendo, inclusive, a única das Instituições a possuir biblioteca.

A Instituição 4, entre todas as outras, é a mais carente de espaços físicos que contemplem as potencialidades de desenvolvimento das crianças. Não possui sala de coordenação e nem Sala de leitura, e é a única entre as 4 Instituições participantes que não possui espaços físicos como: Banheiro adequado à Educação Infantil, Refeitório, Almojarifado, Área verde e Parque Infantil. Como o atendimento é especificamente voltado para turmas de Pré-I e Pré-II, não dispõe de ambientes como fraldário, solário, lactário e sala de repouso.

No geral, é possível notar que, segundo as informações advindas da percepção das educadoras sobre os espaços, as Instituições das quais fazem parte, de uma forma geral, contemplam os aspectos básicos de infraestrutura necessários para um bom funcionamento.

No entanto, pode-se perceber que ainda há muito o que melhorar para que possam ser oferecidas vivências cada vez mais amplas às crianças, sobretudo pensando que é preciso que não apenas algumas, mas todas as crianças possam contar com oportunidades de acesso à Unidades de Educação Infantil que possuam condições de infraestrutura potencialmente adequadas para proporcionar um atendimento de qualidade aos infantes.

Por isso devem ser articulados os diversos setores e atores envolvidos nesse processo, de forma que o engajamento de todos possa possibilitar condições de materialização desses projetos, transformando assim as necessidades em superações e realizações, e tornando o processo educativo das crianças um processo rico em

possibilidades e capaz de proporcionar um pleno desenvolvimento de suas capacidades.

4.3 PERCEPÇÃO DAS EDUCADORAS SOBRE OS ESPAÇOS

Além de buscar verificar a realidade e a qualidade da infraestrutura física das Instituições participantes, esse estudo buscou, especialmente, compreender um pouco a perspectiva das educadoras acerca dos impactos que a infraestrutura e a organização do espaço podem trazer para o desenvolvimento da criança, em diversos aspectos: físico, psicológico, intelectual, social, etc.

Buscando assim identificar essas perspectivas, foi aplicado um questionário online, no qual as educadoras participantes, antes de responderem, foram esclarecidas sobre o teor do estudo e da condição do anonimato na identidade quanto às respostas oferecidas, assim como da instituição a qual estão vinculadas.

O questionário contou com 12 questões: 2 para caracterização do perfil das participantes e das Instituições, respectivamente, e outras 10 questões abertas voltadas para a perspectiva das educadoras sobre os espaços das Instituições nas quais trabalham.

Assim, as educadoras foram orientadas a responderem de forma natural e espontânea, expressando suas opiniões acerca da temática tratada. Na análise e discussão das respostas, essas educadoras estão identificadas como E1, E2, E3 e E4.

Iniciando esses questionamentos, em um primeiro momento buscou saber se as educadoras acreditavam que a qualidade da infraestrutura oferecida era capaz de exercer influência sobre o processo de desenvolvimento integral da criança, e caso sim, de que maneira. Nesse sentido, elas responderam que:

E1: “Sim. De forma positiva.”

E2: “Sim. Um ambiente bem estruturado favorece a socialização das crianças, estimula o interesse e a criatividade dos pequenos.”

E3: “Sim a infraestrutura oferecida é capaz de exercer influência sobre o processo de desenvolvimento integral em seus aspectos físicos, ou seja, um ambiente adaptado e adequado a um melhor conforto à criança e também no âmbito intelectual e social.”

E4: “Parcialmente, visto que a escola não tem um parquinho, brinquedoteca, entre outros.”

Nota-se então que as educadoras E1, E2, e E3, além de concordarem que sim, que a infraestrutura exerce influência no processo de desenvolvimento integral da criança, indicaram a forma como acreditam que seja esse impacto.

A E1 foi bastante breve e disse que impacta “de forma positiva”, mas não atentou para que também pode impactar de forma negativa, caso a infraestrutura oferecida seja de má qualidade. Mas, de toda maneira, é possível entender que ela reconhece o fato de que a infraestrutura oferecida é capaz de impactar no desenvolvimento da criança.

A E2 destacou a importância de ambientes bem estruturados para a socialização das crianças e a E3 citou que as contribuições do ambiente proporcionam conforto, no âmbito intelectual e social, através dos seus aspectos físicos.

Já a E4 afirmou que a infraestrutura exerce influência no processo de desenvolvimento integral da criança apenas de forma parcial, mas ao mesmo tempo cita exemplos de espaços que a escola não possui, e que, consequentemente seriam fundamentais para que as crianças pudessem explorar diferentes experiências e campos de aprendizagens.

Indo ao encontro do que dizem os Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (2006), ao versarem sobre as influências da infraestrutura no desenvolvimento integral da criança, é possível verificar que:

Além da precariedade ou mesmo da ausência de serviços básicos, outros elementos referentes à infra-estrutura atingem tanto a saúde física quanto o desenvolvimento integral das crianças. Entre eles está a inexistência de áreas externas ou espaços alternativos que propiciem às crianças a possibilidade de estar ao ar livre, em atividade de movimentação ampla, tendo seu espaço de convivência, de brincadeira e de exploração do ambiente enriquecido. (BRASIL, 2006, p. 10)

Por esse motivo, é essencial que as Unidades de Educação Infantil (UEI) possam contar com uma infraestrutura de qualidade, com espaços que garantam a criança a possibilidade de brincar, conviver e explorar as diferentes potencialidades de aprendizagem.

Em seguida foi perguntado as educadoras se acreditavam que a existência de múltiplos espaços é capaz de contribuir para a qualidade das relações vivenciadas pelas crianças na Educação Infantil, e se sim, de que forma. E então as educadoras responderam:

E1: “Sim. Foram planejados para o desenvolvimento positivo da criança.”

E2: “Sim. É importante para as crianças terem contato com diversas experiências de aprendizagem. Explorar os espaços contribui bastante para que as crianças tenham esse contato.”

E3: “Sim. A existência de outros espaços é importante porque oferece a criança um ambiente novo para não ficar somente em sala de aula. Isso contribui para a vivência e convivência da criança na educação infantil, para que ela possa: estudar, interagir, brincar e conviver com outras crianças e outros ambientes.”

E4: “Sim, a diversidade de ambientes favorece a socialização através das brincadeiras, danças, teatros, jogos, entre outros. Favorecendo uma aprendizagem mais ampla.”

Todas as educadoras participantes concordaram, em unanimidade, que a existência de múltiplos espaços favorece as relações e vivências das crianças na Educação Infantil. As respostas contemplaram a importância de ambientes planejados, que proporcionem momentos de explorações, convivência, experiências, brincadeiras, socialização, favorecendo assim uma aprendizagem mais ampla e significativa.

Os Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (2006), ao discutir a respeito dessa mesma questão, sistematizando como diferentes ambientes podem atuar nas práticas pedagógicas, favorecendo esse trabalho, aponta que:

Acredita-se que ambientes variados podem favorecer diferentes tipos de interações e que o professor tem papel importante como organizador dos espaços onde ocorre o processo educacional. Tal trabalho baseia-se na escuta, no diálogo e na observação das necessidades e dos interesses expressos pelas crianças, transformando-se em objetivos pedagógicos. (BRASIL, 2006, p. 8)

Já que esses diferentes espaços têm como intuito promover diferentes tipos de interações entre as crianças, e entre as crianças e adultos, é essencial que os educadores possam observar as implicações de cada ambiente no aprendizado das crianças, e assim, ao escolher o ambiente a ser trabalhado possam considerar interesses das crianças, mas sempre com intuito de atingir determinado objetivo na aprendizagem.

Na sequência, quando indagadas se ao planejarem suas atividades elas consideravam os diferentes espaços da instituição para desenvolvê-las, as educadoras responderam:

E1: “Sim.”

E2: “Sim.”

E3: “Sim. É muito importante explorar um ambiente novo.”

E4: “Sim.”

Ao obter sim em todas as respostas, entende-se que todas as educadoras consideram importante a utilização de ambientes diversificados para explorarem diferentes experiências de aprendizagens com as crianças, o que é de suma importância para que seja desenvolvido um trabalho enriquecedor e interativo na Educação Infantil.

Nesse mesmo diálogo, os Parâmetros Nacionais da Qualidade para Instituições de Educação Infantil (2018), sinalizam que:

Um ambiente propício ao bem-estar físico, mental e emocional de crianças planeja, organiza e fornece espaços (...) que podem proporcionar experiências significativas para ampliar as potencialidades da criança e incentivar o brincar e a exploração. O ambiente oferece oportunidades para que as crianças participem ativamente de sua própria aprendizagem, para que elas adquiram e dominem novas habilidades, ganhem autoconfiança, autonomia e sentimento de pertencimento. (BRASIL, 2018, p. 61)

Ao serem perguntadas se os diferentes espaços da Instituição estão organizados considerando as finalidades de cada ambiente, e convidadas a descrever como ocorre essa organização, as educadoras afirmaram que:

E1: “Sim. Cada ambiente é apropriado para determinada finalidade.”

E2: “Sim. Nas salas de aula as mesinhas e cadeiras e estão de acordo com o tamanho das crianças. Na sala direcionada para a contação de histórias e a brinquedoteca os livros e brinquedos estão organizados ao alcance das crianças. Os banheiros também possuem vasos sanitários e pias adaptados para crianças.”

E3: “Sim. Os ambientes estão organizados de acordo com cada ambiente, na sala de aula é dever do professor manter organizados. Nos demais os auxiliares organizam e os demais procura sempre manter da melhor forma possível.”

E4: “Sim, o pátio está livre para a recreação, a sala de vídeo sempre organizada para receber as crianças. As salas adequadas para desenvolver as aulas, apesar de não serem muito amplas.”

Ao analisar as respostas das educadoras, é possível perceber que, aparentemente, em todas as Instituições existe um cuidado com a organização dos diferentes espaços, buscando fazer com que cada ambiente expresse uma mensagem que favoreça as interações e as finalidades de aprendizagem as quais são propostas através das vivências nesses espaços.

Observa-se que a E1 foi bastante breve e afirmou que os ambientes são apropriados para as determinadas finalidades de uso. A E2 foi mais específica e explicitou exemplos dessa organização, ao falar das salas de atividade mobiliário

acessível, dos brinquedos e dos vasos sanitários e pias apropriados para a estatura das crianças.

A E3 concordou que sim, mas não explicou como esses ambientes são organizados, apenas defendeu que o professor deve manter a sala de aula organizada e que os demais profissionais e usuários da instituição deveriam fazer sua parte para manter essa organização.

O que deu a entender, assim, é que o seu entendimento acerca de organização do espaço se limitou a existência de um ambiente limpo e com coisas em seus devidos lugares, e a concepção de organização do espaço refletida nessa pesquisa objetivou ir além desses elementos, contemplando a estruturação de demais fatores, relativos a infraestrutura e a forma como esses espaços se apresentam, em termos da existência ou inexistência de elementos dinâmicos em sua composição.

A E4 afirmou que os espaços estão organizados de acordo com suas finalidades, citando como exemplo ambientes como o pátio e a sala de vídeo, livres e organizados para receber as crianças, incluindo também como exemplo as salas de atividades, entretanto enfatizando que apesar de adequadas sob seu ponto de vista, não contam com espaço amplo.

Nesse sentido, os Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil (2018), determina que “os espaços são planejados considerando a existência de ambientes específicos para cada agrupamento, adaptados e acessíveis às suas necessidades e contemplando ambientes comuns a diferentes idades, propósitos e usos.” (BRASIL, 2018, p. 63)

E os Parâmetros de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006), na mesma via, estabelece que os diferentes setores e ambientes dos edifícios das Unidades de Educação Infantil necessitam de tratamento diferenciado, citando inclusive exemplos de como essa organização deve se dar de acordo com a finalidade de cada ambiente:

Como regra geral, nos espaços em que é necessária maior concentração, como as salas de atividades e a biblioteca, por exemplo, devem ser evitadas as cores quentes, mais fortes e excitantes, destinando essas cores para elementos e detalhes da construção. Nesses ambientes, recomenda-se o emprego de tons mais suaves, em nuances pastéis, como o verde, o bege, o marfim para as paredes e o branco para o teto. Já nos ambientes de recreação e vivência, as cores primárias, em tons mais fortes, podem ser usadas para enfatizar o caráter lúdico, marcando setores de atividades e destacando-se na paisagem natural. As salas de atividades podem ser pintadas em cores diferentes de acordo com a idade do grupo que cada uma abriga, criando um sentido de apropriação e identidade para a criança. (BRASIL, 2006, p. 31)

Essas sugestões devem ser, portanto, consideradas para melhorias na qualidade da ambientação das Instituições de Educação Infantil, já que são capazes de proporcionar sentimento de acolhimento, pertencimento e enfatizar vivências de caráter lúdico.

Na sequência, quando perguntadas se as iniciativas de organização do espaço podem atuar como ferramenta didático-pedagógica, através da relação estabelecida entre a criança e o ambiente, as educadoras apontaram:

E1: “Sim. O ambiente influencia no crescimento da criança.”

E2: “Sim. Quando uma criança entra em um ambiente organizado ela entende que ao final da atividade ela vai ter que guardar o brinquedo ou o livro no mesmo lugar, desenvolvendo espírito de cuidado e organização.”

E3: “Sim. É de fundamental importância trabalhar executar nas práticas pedagógicas a relação entre a criança e o ambiente na qual está inserida com diversas maneira e conteúdos relacionados como: coordenação motora, organização nos espaços, cores, formas de objetos e equilíbrio.”

E4: “Com certeza. Tudo precisa está adequado às crianças. Móveis, espaço livres, para brincadeiras, jogos, apresentações. Essa instituição não dispõe de tudo, mas faço adaptações para que a aprendizagem ocorra da melhor forma possível.”

Dessa forma, todas concordaram que sim, acrescentando diversos pontos de vista, que contemplam diversos aspectos. A E1 acredita que sim, por influenciar no crescimento da criança, e a E2 também acredita que sim, mas seu comentário deu a entender que novamente o termo “organização do espaço”, mesmo especificamente ligado às necessidades da educação infantil, pode limitar-se apenas ao entendimento de espaço físico limpo e com os objetos dispostos rigorosamente em determinados espaços, deixando de contemplar assim a compreensão de organização do espaço num sentido mais amplo.

A E3, além de concordar que sim, dispõe que ambientes organizados através de práticas pedagógicas fundamentadas podem facilitar no trabalho de diversos conteúdos, contribuindo para desenvolvimento da coordenação motora da criança, ao lidar com formas de objetos, cores, e reforçar o equilíbrio.

A E4, assim como as outras, também concordou que sim e defendeu que o espaço precisa estar adequado, com todos os elementos necessários para dar suporte as brincadeiras, jogos e apresentações. Novamente citou que a instituição não dispõe de

todos os elementos físicos e estruturais para esse trabalho com as crianças, mas apontou que faz adaptações para que o trabalho seja executado da melhor forma possível.

Conforme o que preconizam os Parâmetros de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006), ao relacionarem o ambiente com as práticas desenvolvidas, “A definição da ambientação interna vai envolver uma estreita relação com a proposta pedagógica e com o conhecimento dos processos de desenvolvimento da criança. A organização dos arranjos internos será feita em função da atividade realizada e da interação desejada.” (BRASIL, 2006, p.28)

Seguindo essa perspectiva, e considerando as respostas fornecidas pelas educadoras, é possível compreender que os diferentes ambientes devem expressar uma relação de cuidado com o desenvolvimento da criança, com propósitos definidos através de propostas didático pedagógicas que busquem manter a criança confortável com aquele ambiente, buscando fazer com que ela possa aprender algo com essa interação e ampliando suas potencialidades.

Após a investigação e a constatação de que as educadoras acreditam que a organização do espaço pode atuar como ferramenta didático pedagógica, elas foram indagadas se as práticas pedagógicas as quais desenvolvem expressam preocupação com a organização desses espaços, orientadas a dizer, caso sim, de que maneira. Sendo assim, elas responderam:

E1: “Sim. As práticas são adequadas ao espaço disponível.”

E2: “Sim. Procuro sempre organizar o espaço onde acontecerá a aula com os recursos didáticos que serão utilizados.”

E3: “Não. Porque poderia me preocupar se caso o espaço fosse um ambiente completamente desorganizado porém procuro sempre manter organizado para um melhor desenvolvimento no ambiente trabalhado.”

E4: “Sim, como disse anteriormente faço algumas adaptações. Exemplo: agendamento dos espaços como, pátio para realização de circuito, jogos, ensaios, contação de história, entre outros, que favoreçam a psicomotricidade.”

Verifica-se então que as educadoras E1, E2 e E4, desenvolvem suas práticas pedagógicas desempenhando determinada preocupação com a organização dos espaços, utilizando essa ferramenta como uma grande aliada no processo de ensino e aprendizagem das crianças, fazendo adaptações, e delimitando estratégias de organização de forma prévia, e adequada para o contato estabelecido com as crianças.

A E3, pelo contrário, respondeu que não, acrescentando que não tinha necessidade de se preocupar com a organização dos espaços, defendendo que os ambientes já se

encontram previamente organizados. Novamente percebe-se a concepção distorcida do termo “organização do espaço”, como algo especificamente ligado a limpeza, arrumação e ordenação de móveis e objetos. Um espaço limpo e arrumado é imprescindível para um desenvolvimento harmônico e saudável, mas espera-se que a concepção de “organização do espaço/ambiente” na educação infantil possa ir mais além, e possa abranger aspectos mais dinâmicos, criativos e estruturantes da realidade tratada.

Segundo o documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009), em seu capítulo 2, intitulado “Dimensão, multiplicidade de experiências e linguagens”, ao dispor sobre organização do espaço e o papel dos professores, estabelece que:

As professoras devem planejar atividades variadas, disponibilizando os espaços e os materiais necessários, de forma a sugerir diferentes possibilidades de expressão, de brincadeiras, de aprendizagens, de explorações, de conhecimentos, de interações. A observação e a escuta são importantes para sugerir novas atividades a serem propostas, assim como ajustes no planejamento e troca de experiências na equipe. (BRASIL, 2009, p.40)

Compreende-se, portanto, que o papel que o educador desempenha, ao oportunizar aprendizagens variadas, nos diferentes espaços, é extremamente importante, e por isso precisa ser um observador da realidade e das necessidades de aprendizagem dos alunos, utilizando da escuta como um elemento capaz de contribuir para o ajuste e (re)formulação das práticas desenvolvidas.

Foi perguntado em seguida se na organização dos espaços elas consideram as vontades e necessidades de aprendizagem das crianças, estimulando a participação delas, e as educadoras responderam:

E1: “Sim.”

E2: “Sim.”

E3: “Sim. Sempre procuro estimular a criança a participar na organização do ambiente sempre interagindo consigo mesma.”

E4: “Sim.”

Todas as educadoras afirmaram que sim. A partir disso, pode-se notar que consideram a criança como centro do seu próprio processo de desenvolvimento, o que quer dizer que costumam observar as necessidades das crianças para a proposição e/ou redirecionamento de suas práticas. A E3, apesar de ter respondido na questão anterior que as práticas pedagógicas as quais desenvolve não expressam preocupação com a

organização dos espaços, afirma que busca envolver a criança, propondo a participação desta na organização dos espaços, para que possa interagir consigo mesma.

Os Parâmetros Nacionais da Qualidade para Instituições de Educação Infantil (2018), ao definir a importância da participação da criança na elaboração do próprio processo de aprendizagem, frisando inclusive o papel que o adulto deve adotar nesse processo, destaca que:

Crianças são incrivelmente competentes como parceiros sociais ativos que contribuem criativamente para estabelecer e manter interações com outras crianças e adultos. Essa abordagem reconhece que o desenvolvimento e a aprendizagem são aprimorados quando os adultos atentam para os modos individuais pelos quais as crianças expressam seus desejos e necessidades, e assim passam a ser mediadores desse processo. (BRASIL, 2018, p. 61)

Quando questionadas se existiam espaços decorados com elementos produzidos pelas próprias crianças, as educadoras afirmaram:

E1: “Sim.”

E2: “Sim.”

E3: “Sim.”

E4: “Sim.”

De acordo com a afirmação geral entre as educadoras, que existem espaços decorados com elementos produzidos pelas próprias crianças, nota-se que a participação das crianças na composição desses espaços é fundamental para a caracterização do ambiente no qual estão inseridas, conforme preconizam os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009):

Os espaços devem também proporcionar o registro e a divulgação dos projetos educativos desenvolvidos e das produções infantis. Desenhos, fotos, objetos em três dimensões, materiais escritos e imagens de manifestações da expressão infantil estimulam as trocas e novas iniciativas, demonstram resultados do trabalho realizado e constituem um acervo precioso da instituição.” (BRASIL, 2009, p. 50)

Em vista disso, fica claro que a utilização de materiais produzidos pelas próprias crianças para a decoração dos espaços, além de permitir que as crianças participem dessa organização espacial, permite que o ambiente seja capaz de expressar os resultados do trabalho aplicado, mostrando gradativamente a evolução das aprendizagens das crianças.

Ao serem questionadas sobre quais elementos devem ser considerados na construção e organização dos espaços onde ocorrem as aprendizagens e interações das crianças, orientadas a descrever como acreditam que deve ser esse ambiente, as educadoras responderam:

E1: “É essencial que sejam considerados o direito que toda criança possui de construir sua autonomia, sua identidade e seu conhecimento.”

E2: “Uso de adereços ou fantasias, espaço decorado, utilização de fantoches, brinquedos e jogos educativos, livros, caixa surpresa ou caixa musical entre outros.”

E3: “Os elementos contextuais: o ambiente, a escola e a sala de aula. Os elementos pessoais: as crianças e os professores.”

E4: “Cantinho de leitura, cantinho da matemática, chamadinha, quadros de rotina da sala, combinados, varal de atividades, entre outros.”

Logo, ao analisar as respostas oferecidas, nota-se que cada professora tem uma concepção diferente de quais elementos devem ser considerados para a construção e organização desses espaços.

A E1, de uma forma geral, defende que deve ser considerado o direito da criança construir sua autonomia, identidade e conhecimento, e, de certa forma, quando os diferentes espaços físicos são construídos e organizados considerando esses aspectos, os elementos compositores do ambiente atuarão de modo a garantir que a criança se desenvolva ativamente.

A E2 e a E4, citam exemplos de estratégias de ambientação, com o uso de diferentes materiais lúdicos, no intuito de incluir as crianças em um cenário envolvente, que enfatize as aprendizagens adquiridas e que proporcione momentos de diversão, entusiasmo, onde elas possam aprender brincando.

A E3, por outro lado, não respondeu claramente à pergunta, mas enfatizou que os elementos a serem considerados estão relacionados a escola e a sala de aula, às crianças e aos professores.

A respeito dos elementos que devem ser considerados na construção dos ambientes onde ocorrem os processos de ensino e aprendizagem das crianças, os Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil (2018) estabelecem que:

[...] 8.1.11. a proposta de materiais e acabamentos da edificação, além de considerar as especificidades de cada região, leva em conta as características desses materiais em relação à resistência, segurança, durabilidade, facilidade de manutenção e racionalidade construtiva;

8.1.12. os materiais, acabamentos e elementos visuais são escolhidos considerando cores, formas e texturas buscando despertar os sentidos, a curiosidade e a capacidade de descoberta das crianças [...] (BRASIL, 2018, p. 68)

Já em relação aos elementos que devem constar na organização do espaço, é pertinente considerar o que dizem os Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (2006), ao tratarem dos parâmetros funcionais e estéticos das edificações:

Os aspectos estético-compositivos dizem respeito à imagem e à aparência, traduzindo-se em sensações diferenciadas que garantam o prazer de estar nesse ambiente. Nessa vertente estão incluídas a diversidade de cores, texturas e padrões das superfícies, o padrão construtivo, as formas, as proporções, os símbolos, os princípios compositivos, enfim, os elementos visuais da edificação, que podem ser trabalhados para despertar os sentidos, a curiosidade e a capacidade de descoberta da criança, e que, de certa forma, excitam o imaginário individual e coletivo.

De tal modo, fica claro que ambientes com composições diferenciadas, que explorem elementos como cores, texturas, e diferentes sensações; que proporcionem vivências diversificadas, são capazes de aguçar os sentidos e colaborar para a formação de crianças criativas e autônomas.

Por último, quando questionadas se em seu processo de formação foi estabelecido algum contato com disciplinas/teóricos e/ou atividades que contribuíssem para o processo criativo em relação à organização dos espaços, considerando as necessidades da Educação Infantil e convidadas a falar um pouco sobre as influências e inspirações que impulsionam o seu processo criativo, as educadoras responderam:

E1: “Sim. Em capacitações e cursos inovadores, vários exemplos e experimentações são tidos como influenciadores em nossa prática.”

E2: “Ao longo de meu processo de formação participei de algumas disciplinas e minicursos voltados para educação infantil. Porém, foi com a prática em sala de aula e o contato com pessoas mais experientes que pude desenvolver melhor o processo criativo.”

E3: “Sim. Uma da organização que se foi trabalhado no processo de minha formação foi a organização do tempo que se repete diariamente, o que chamamos de rotina, deve ser construída a partir deste conjunto de atividades que possibilitam, entre outras competências, a iniciativa, a segurança e a confiança da criança para proporcionar estas atividades é necessário, sobretudo, fazer um planejamento pensando nos momentos mais adequados e no local em que serão realizadas.”

E4: Sim, na disciplina Psicologia da Aprendizagem, em cursos do AEE, sou pós-graduada em Psicopedagogia Institucional, essa formação me deu

embasamento teórico/metodológico, no mais eu pesquiso até hoje, melhores métodos de desenvolver competências e habilidades das crianças.

Ao analisar as respostas, percebe-se que todas as educadoras reafirmam a importância de um processo formativo que dê base a realização de práticas voltadas para a organização do espaço, seja através da participação em cursos, capacitações, minicursos e/ou pós-graduações, como imprescindíveis para o embasamento de iniciativas que possam contribuir para melhorias nos processos de ensino e aprendizagem vivenciados no cotidiano.

É possível perceber também, através das respostas das educadoras, a importância da pesquisa contínua e de manter-se em um processo de aperfeiçoamento contínuo, já que a teoria e a prática, apesar de caminharem juntas, lidam com realidades diferentes, e por isso é preciso vivenciar na prática quais são os dispositivos mais convenientes para serem acionados no trabalho a ser desenvolvido com as crianças.

Assim, e atentando para a importância dessa formação e os impactos que podem trazer para o desenvolvimento de práticas que privilegiem o desenvolvimento da criança, os Parâmetros Nacionais da Qualidade para Instituições de Educação Infantil (2018), ao definirem os Parâmetros destinados ao Gestor da Secretaria Municipal, em regime de colaboração com o Gestor da Secretaria Estadual, estabelecem que sempre que couber, deve-se:

- 2.2.1. exigir que os Professores e profissionais das Instituições de Educação Infantil possuam habilitação para atuar na Educação Infantil e que tal habilitação esteja alinhada com as exigências legais nacionais e locais previstas para cada nível;
- 2.2.2. incentivar todos os Professores, em conjunto com a Instituição de Educação Infantil, a buscarem formação complementar em nível de graduação e pós-graduação, caso não tenham; promover encontros de formação continuada com os Professores e profissionais, no interior da Instituição de Educação Infantil. [...] (BRASIL, 2018, p. 34)

Com educadores realmente capacitados atuando na educação infantil, são maiores as chances de que a criança possa vivenciar momentos de interação ricos em intencionalidades de aprendizagem, inclusive organizando o espaço de modo a facilitar essas interações.

Educadores que participam de um processo formativo contínuo e bem fundamentado, acabam se tornando transformadores da realidade vivenciada, e passam a atuar de forma mais engajada no processo de tomada de decisões, entendendo as Unidades de Educação Infantil (UEI) como ambientes democráticos que precisam ser construídos com a participação de toda a comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciada a pesquisa deste presente trabalho, constatou-se que para que o processo de desenvolvimento integral da criança se tornasse uma realidade no processo educativo vivenciado na Educação Infantil, era necessário que ele atendesse a uma diversidade de aspectos e fatores, que mesmo traduzidos e explicitados por meio de Leis e outros diversos documentos apoiados na legislação, nem sempre são cumpridos.

Dentre esses fatores, a questão da infraestrutura escolar e da organização do espaço apareceram como elementos capazes de influenciar sobremaneira no processo de desenvolvimento integral da criança, considerando os impactos que o ambiente pode trazer para esse processo.

Dessa maneira, constata-se que o objetivo geral foi atingido, tendo em vista que o trabalho pretendia analisar a perspectiva de educadoras acerca dos impactos que a infraestrutura e a organização do espaço exerciam no processo de desenvolvimento integral da criança, e assim foi verificado que as educadoras participantes acreditam que a infraestrutura e a organização dos espaços podem influenciar na qualidade das interações, das brincadeiras, das vivências e de outros elementos da convivência das crianças no ambiente da Educação Infantil.

O objetivo específico inicial também foi atendido, ao identificar a infraestrutura das instituições, através da descrição dos espaços físicos existentes, onde se percebeu que a maior parte das Instituições participantes da pesquisa contam com espaços físicos diversificados, necessários para oportunizar vivências amplas e significativas para as crianças.

No entanto, tendo em vista que não se trata de uma constatação unânime por parte das educadoras, ainda foram percebidas a ausência de espaços importantes para o desenvolvimento da criança em algumas das instituições participantes, sobretudo na Instituição 4.

O segundo objetivo específico era verificar a qualidade da infraestrutura oferecida segundo a percepção das educadoras, e assim também pôde ser verificado que as Instituições participantes da pesquisa, aparentemente, contam com uma boa infraestrutura, possuindo os serviços básicos de infraestrutura, como: água, energia elétrica, esgoto sanitário e rede de telefone, e tendo também mobiliários adaptados e ambientes acessíveis, ventilados, iluminados, confortáveis e em boas condições de

funcionamento. Com exceção apenas da Instituição 2, que não conta com serviços de rede de telefone.

Já o terceiro objetivo específico era identificar a existência de práticas de organização do espaço, considerando como tal ferramenta pode atuar como facilitadora das aprendizagens, fazendo com que a criança possa estabelecer uma leitura mais harmoniosa do seu ambiente, e assim relacionar-se melhor consigo mesma e o mundo a sua volta.

O que se pôde perceber é que todas as educadoras participantes afirmam que desenvolvem, através de suas práticas pedagógicas, ações capazes de atuar para a transformação e harmonização dos ambientes, preparando-os com intencionalidades pré-definidas, para que a criança possa desenvolver-se de fato em contato com esses espaços.

Em contrapartida, pôde-se constatar que ainda existe uma concepção muito limitada atrelada ao termo “organização do espaço”, onde muitas vezes pode ser entendido apenas como espaços limpos e com objetos dispostos em locais pré-definidos, sendo que em sua totalidade, o termo “organização do espaço” perpassa esses aspectos e vai ao encontro de uma concepção de ambiente constituído de forma dinâmica, interativa e harmoniosa, que possa estabelecer uma relação com as crianças e adultos que estão inseridos nele, passando uma mensagem positiva e intencionalmente construtiva.

Diante da metodologia proposta, percebe-se que o trabalho poderia ter sido abordado de forma muito mais ampla, tanto no que diz respeito ao referencial teórico citado, quanto a realização da pesquisa, visto que com o isolamento imposto em razão da pandemia da Covid-19, dificultou o acesso a um material mais amplo em bibliotecas, assim como visitas ao campo de pesquisa, onde poderiam ter sido abordados e constatados muitos outros pontos importantes acerca da temática, por meio de visitas e observações.

Nota-se também que os resultados obtidos poderiam ser ainda mais satisfatórios se houvesse um maior número de participantes na pesquisa, contribuindo para o entendimento das questões propostas, mas tal fator também foi prejudicado pelos impactos da pandemia, que fez com que as escolas tivessem suas atividades presenciais paralisadas, dificultando o contato pessoalmente com os(as) educadores(as), visando o convite para a participação da pesquisa.

Apesar dos resultados dessa pesquisa se apresentarem como muito positivos diante da realidade enfrentada, é preciso ainda conquistar muito mais, sobretudo na intenção de que haja uma padronização nos projetos de reforma e de construção nas

Unidades de Educação Infantil (UEI), e que todas as instituições possam contar com um espaço igualmente adequado e propulsor do seu processo de desenvolvimento.

Faz-se necessário, acima de tudo, que os profissionais que atuam na Educação Infantil estejam engajados e possam reportar às autoridades superiores: Gestores, Secretários(a) de Educação, e demais setores envolvidos, as necessidades das instituições, como forma de impulsionar mudanças significativas na realidade das edificações das Instituições de Educação Infantil, incitando inclusive a participação da comunidade escolar na tomada de decisões e na luta pela proposição de políticas públicas educacionais que possam atender os interesses da Educação Infantil.

Tendo em vista os fatos mencionados, espera-se que as questões levantadas por meio desta pesquisa possam contribuir de alguma forma para gerar reflexões capazes de impulsionar possíveis transformações no ambiente em que os processos de ensino e aprendizagem ocorrem, de forma a torna-lo mais harmônico e adequado para subsidiarem vivências ricas em potencialidades de aprendizagem, cruciais para o alcance de um processo de desenvolvimento integral capaz de atender os variados aspectos de sua constituição.

Por reconhecer que a realidade vivenciada está distante de ser adequada, fica claro que tal discussão está longe de ser encerrada e, sendo assim, devem ser ampliados os estudos e pesquisas acerca da temática em questão, de modo a oferecer explicações mais aprofundadas sobre as questões levantadas, como uma forma de tornar o debate muito mais amplo e relevante para o contexto educacional no qual estamos integrados.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**, 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara. 1981. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=623777&pid=S1415-7128199900010000700001&lng=pt. Acesso em: 13 mai. 2020.
- BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Organização do espaço e do tempo na escola infantil**. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. Educação Infantil. Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 67-79
- BERNARTT, R. M. **A infância a partir de um olhar sócio-histórico**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 9, 26 a 29 out. 2009. Anais, Curitiba. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2601_1685.pdf. Acesso em: 15 mai. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 mai. 2020.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 mai. 2020.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília : MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 mai. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da qualidade na educação infantil**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf. Acesso em: 01 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para Instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf. Acesso em: 12 mai. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2018. Disponível em: <https://educacao.caieiras.sp.gov.br/img/download/parametros-qualidade.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em:

<http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2016/creditacao/PNE%202014-2024.pdf> . Acesso em: 30 set. 2020.

CORDEIRO, S. S; COELHO, M. G. P. **Descortinando o conceito de infância na história:** do passado à contemporaneidade. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Anais Universidade de Uberlândia- MG, 2006, p. 882-889. Disponível em: http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2019117062470c6195688d2290b483832/ARTIGO_DESCORTINANDO_O_CONCEITO_DE_INFANCIA_COLUBHE_2005.pdf. Acesso em: 16 mai. 2020.

COSTA, M. S. P. **Maria Montessori e seu método.** Revista Linhas Críticas, v.7, n.13, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2914/2618>. Acesso em: 14 mai. 2020.

DESSEN, M. A; POLONIA, A. C. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano.** Paidéia, 2007, 17(36), 21-32. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2007000100003&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 24 jun. 2020

FACINA, B. H. **A contribuição da arquitetura escolar no ambiente de aprendizagem infantil em face das pedagogias Waldorf e Montessori.** Maringá. 2018. Disponível em: <http://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/handle/123456789/896/Trabalho%20de%20conclus%C3%A3o%20de%20curso%20TCCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y> .Acesso em: 16 mai. 2020.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios** – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/14.-Pol%C3%ADtica-eEduca%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2020.

GARCIA, P.S.; GARRIDO, E. L.; MARCONI, J. **Um estudo sobre da infraestrutura da educação infantil da região do grande ABC paulista.** HOLOS, Ano 33, Vol. 01. São Caetano do Sul, 2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5140>. Acesso em: 17 mai. 2020.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=UEhHoIauxDUC&oi=fnd&pg=PA9&ots=GWzt3FRYVe&sig=FtBXheHFs9ST7XUKK2QivWmp2QY&redir_esc=y#v=snippet&q=espa%C3%A7o&f=false. Acesso em: 15 mai. 2020.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional. Formar-se para a mudança e a incerteza.** São Paulo: Cortez, 2002.

JAUME, M. A. R **O Ambiente e a Distribuição de Espaços.** In: ARRIBAS, Tereza, Lieixa. Educação Infantil: desenvolvimento, currículo e organização. Porto Alegre, Artmed, 2004, p. 363 – 383.

MELLO, S. A. **A questão do meio na pedologia e suas implicações pedagógicas.** *Psicol. USP* [online]. 2010, vol.21, n.4, pp.727-739. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010365642010000400005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 mai. 2020.

MENDES, B. F. **Sempre cabe mais um! A qualidade da educação infantil frente às matrículas via decisões judiciais.** Campinas: PUC-Campinas, 2017. 129p. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puccampinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/1020/2/BEATRIZ%20F%C3%81TIMA%20MENDES.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, F.T. **Trabalhando com a educação infantil.** Canoas: Ed. ULBRA, 2002.

NASCIMENTO, G.S.; ORTH, M. R. B. **A influência dos fatores ambientais no desenvolvimento infantil.** *Revista de Ciências Humanas*, v. 9, n. 13, 2008. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/385>. Acesso em: 17 mai. 2020.

NONO, M. A. **Organização do Tempo e do Espaço na Educação infantil** - Pesquisas e Práticas. UNESP. 2011. Disponível em: [<https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/297?locale=&contrast= >](https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/297?locale=&contrast=). Acesso em: 18 abr. 2020.

PAIVA, S. C. F.; OLIVEIRA, A.A. **A literatura infantil e o papel da escola na formação do pensar crítico.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 9, 26 a 29 out. 2009. Anais, Curitiba. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7494198-A-literatura-infantil-e-o-papel-da-escola-na-formacao-do-pensar-critico.html>. Acesso em: 15 mai. 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico:** métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

SILVA, I. S. **Política de infraestrutura escolar:** conceito possível de um objeto em construção. *Tópicos Educacionais*, Recife, v. 23, n.1, p. 202-2017, jan/jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/235072/28107>. Acesso em: 18 mai. 2020.

VIGOTSKI, L.S. **O problema do ambiente na pedologia.** In: LONGAREZI, Andréa Maturano; PUENTES, Roberto Valdés (Org.). *Ensino Desenvolvemental: Antologia* livro 1. Uberlândia: Edufu, 2017. Cap. 1. p. 15-38. (Ensino Desenvolvemental). Tradução de Ademir Damazio et al. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4905273/mod_resource/content/1/Antologia_2017.pdf. Acesso em: 16 mai. 2020.

ZAMBERLAN, M. A. T.; BASANI, S. I. S; ARALDI, M. **Organização do Espaço e Qualidade de vida:** pesquisa sobre configuração espacial em uma instituição de educação infantil. Educare et Educere Vol. 2, n. 4, jul./dez. 2007 Revista de Educação p. 245-260. Disponível em:
<http://erevista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1668/1355>. Acesso em: 19 mai. 2020.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

APÊNCICE I - QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE TCC

Caro(a) Professor(a),

Este questionário é parte integrante de uma pesquisa exploratória para a realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que tratará do tema **“Infraestrutura e organização do espaço: os impactos no desenvolvimento da criança sob a perspectiva de educadores”**.

Neste questionário serão abordadas questões que envolvem desde a infraestrutura das Instituições até às iniciativas voltadas para a organização do espaço, com intuito de entender como tais fatores podem interferir no processo de desenvolvimento integral da criança, na perspectiva dos educadores, na tentativa de oferecer uma educação infantil de qualidade.

Vale ressaltar que as informações aqui prestadas serão tratadas com ética e sigilo pelo pesquisador e pela Universidade, e por isso seu nome não será divulgado.

Desde já enfatizo que não há respostas certas ou erradas. Desse modo, pode responder a todas as perguntas de forma natural, com sinceridade; expressando a sua opinião sobre a temática.

Destaco que a sua participação é imprescindível para o sucesso deste estudo.

Obrigada por sua colaboração!

Ana Patrícia de Lima Amorim – Aluna do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

1) DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO EDUCADOR**a) Idade:**

- ☐ 18 a 25 anos
- ☐ 26 a 35 anos
- ☐ 36 a 45 anos
- ☐ 46 a 55 anos
- ☐ Mais de 55 anos

b) Sexo:

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

c) Formação:

- ☐ Magistério
- ☐ Graduação
- ☐ Pós- Graduação
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

d) Tempo que trabalha na Educação Infantil:

- ☐ 0 a 4 anos
- ☐ 5 a 8 anos
- ☐ 9 a 15 anos
- ☐ 16 a 20 anos
- ☐ Mais de 20 anos

e) Tempo que trabalha na Instituição:

- ☐ 0 a 2 anos
- ☐ 3 a 5 anos
- ☐ 6 a 10 anos
- ☐ Mais de 10 anos

2) DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:**a) Qual o nome da instituição?**

b) Qual o ano de fundação da escola?

c) A escola já passou por alguma reforma? Se sim, quando?

d) Selecione os espaços físicos existentes na instituição:

- ☐ Sala de diretoria
- ☐ Sala de professores
- ☐ Sala de Coordenação
- ☐ Sala de leitura
- ☐ Sala de secretaria
- ☐ Sala de repouso
- ☐ Sala de vídeo
- ☐ Fraldário
- ☐ Lactário
- ☐ Solário
- ☐ Brinquedoteca
- ☐ Banheiro adequado à educação infantil
- ☐ Banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida
- ☐ Cozinha
- ☐ Refeitório
- ☐ Despensa
- ☐ Almoxarifado
- ☐ Auditório
- ☐ Pátio coberto
- ☐ Pátio descoberto
- ☐ Área verde
- ☐ Parque Infantil
- ☐ Lavanderia
- ☐ Outros

e) Quantas salas de aula a instituição possui?

f) Quantas turmas a instituição atende? Quais?

g) A escola possui serviços básicos rede elétrica, água, esgoto sanitário e rede de telefone? Fale sobre a realidade desses serviços.

h) A instituição conta com ambientes ventilados, bem iluminados e acessíveis, que garantam conforto (térmico, visual, acústico, olfativo/qualidade do ar) e qualidade sanitária dos ambientes para as crianças?

i) Os espaços físicos da instituição estão em boas condições de funcionamento?

j) Os ambientes e o mobiliário estão adaptados à estatura das crianças?

PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES SOBRE OS ESPAÇOS

3) Na sua opinião, a infraestrutura escolar oferecida é capaz de exercer influência sobre o processo de desenvolvimento integral da criança? Se sim, de que forma?

4) A existência de múltiplos espaços é capaz de contribuir para a qualidade das interações vivenciadas pelas crianças na Educação Infantil? No caso de afirmativa, como?

- 5) Ao planejar suas atividades, você considera os diferentes espaços da instituição para desenvolvê-las?

- 6) Os diferentes espaços da Instituição estão organizados considerando as finalidades de cada ambiente? Explique como ocorre essa organização.

- 7) Na sua opinião, a organização do espaço pode atuar como ferramenta didático-pedagógica, através da relação estabelecida entre a criança e o ambiente? Justifique sua resposta.

- 8) As práticas pedagógicas cotidianas as quais desenvolve expressam preocupação com a organização dos espaços? Se sim, de que maneira?

- 9) No caso de afirmativa para questão anterior, as iniciativas de organização do espaço desenvolvidas consideram as vontades e necessidades de aprendizagem das crianças, estimulando a participação delas?

- 10) Existem espaços decorados com elementos produzidos pelas próprias crianças?

- 11) Quais elementos devem ser considerados na construção e organização dos espaços onde ocorrem as aprendizagens e interações das crianças? Descreva-os.

- 12)** Ao longo de seu processo de formação, teve contato com disciplinas/teóricos e/ou atividades que contribuísem para o processo criativo em relação à organização dos espaços, considerando as necessidades da Educação Infantil? Fale um pouco sobre as influências e inspirações que impulsionam seu processo criativo.

ANEXOS

ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a) Professor(a):

Esta pesquisa é sobre **Infraestrutura e organização do espaço: os impactos no desenvolvimento da criança sob a perspectiva de educadores** e será desenvolvida por Ana Patrícia de Lima Amorim, aluna do curso de Pedagogia na modalidade à distância da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dr^a Ana Luisa Nogueira de Amorim.

O objetivo do estudo é analisar a perspectiva dos professores acerca dos impactos que a infraestrutura e a organização do espaço podem causar no desenvolvimento da criança.

Solicitamos a sua colaboração para a realização do questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicações da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Nome completo do(a) participante: _____

Assinatura do(a) Participante da pesquisa

RG: _____

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora responsável:

Ana Patrícia de Lima Amorim
(83) XXXXX-XXXX